

**ALFIO POZZI**

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
NA REGIÃO DO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL -  
CORUMBÁ: (1961-2002)**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
CAMPO GRANDE  
2006**

**ALFIO POZZI**

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
NA REGIÃO DO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL -  
CORUMBÁ: (1961-2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Educação.

**Área de concentração:** Educação Escolar e Formação de professores.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Margarita Victoria Rodríguez

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
CAMPO GRANDE  
2006**

**O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR  
NA REGIÃO DO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL -  
CORUMBÁ: (1961-2002)**

**ALFIO POZZI**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Margarita Victoria Rodríguez  
UCDB

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marisa Bittar  
UFSCar

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mariluce Bittar  
UCDB

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a todos que com carinho, firmeza e maturidade souberam me entender e me ajudar, em todos os momentos fáceis e difíceis, apesar do meu anarquismo, do meu inconformismo, até a realização dessa meta.

*Una carta del mondo che non contiene il Paese dell'Utopia non è degna nemmeno di uno sguardo, perché non contempla il solo Paese al quale l'Umanità approda di continuo. E quando vi getta l'ancora, la vedetta scorge un Paese migliore e l'Umanità di nuovo fa vela."*

(Oscar Wilde)

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, Vilma, Erica, Diego, Karen, os netos Luiz Felipe e João Vitor pelas constantes ausências e pela compreensão.

A minha orientadora, Dra. Margarita Victoria Rodríguez, que teve sabedoria e paciência de me orientar e me indicar os caminhos.

A Missão Salesiana de Mato Grosso que me permitiu freqüentar as aulas em serviço.

Aos colegas de trabalho pelo incentivo.

Aos colegas do Programa de Mestrado em Educação pelos momentos de trocas de experiências e de crescimento.

POZZI, Alfio. O processo de implantação do ensino superior na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul – Corumbá: (1961-2002). Campo Grande, 2006. 114p. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica Dom Bosco.

## RESUMO

Esta dissertação se insere na linha de pesquisa Políticas Educacionais, Gestão da Escola e Formação Docente, do Programa de Mestrado em Educação da UCDB. A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de implementação do ensino superior na cidade de Corumbá em Mato Grosso do Sul – situada no extremo oeste do estado-, no período de 1961 a 2002. O procedimento metodológico utilizado foi a análise documental, constituído por diversas fontes: publicações (jornais, revistas,) documentos oficiais das instituições (atas, publicações internas ) e dados estatísticos. Constatamos que, até o ano de 1967, nesta região não havia nenhuma instituição de ensino superior. Os alunos que terminavam o ensino médio eram obrigados a procurar outras cidades para poder continuar seus estudos: um obstáculo para a maioria, pois isso exigia uma demanda financeira elevada. Também verificamos o surgimento da primeira unidade de educação superior, quando se instalou o ISPC – Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, pertencente à Universidade Estadual de Mato Grosso, posteriormente Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sendo denominado Campus do Pantanal. Esta instituição representou uma conquista para a comunidade local, funcionou inicialmente com cinco cursos orientados à formação de professores (Pedagogia, História, Letras, Ciências Psicologia) e, mais tarde foram criados alguns cursos (Administração, Ciências Contábeis, Ciências com habilitação em Biologia, Direito, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Pedagogia e Psicologia com habilitação em formação de Psicólogo) que objetivavam atender algumas exigências do mercado local. Em 1999 foi criada na cidade a primeira instituição de educação superior, de iniciativa privada, o Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Com a implantação da segunda instituição, verificou-se não apenas o aumento da oferta de vagas, mas o oferecimento de cursos que pretendiam atender as peculiaridades da região pantaneira (turismo, zootecnia e ciências econômicas). Conforme os dados apurados na pesquisa concluem-se que a implantação da educação superior na região se apresenta em dois momentos-chaves da história da educação superior no país, o primeiro, obedece a um movimento nacional de expansão da educação superior no Brasil, iniciado na década de 1960 num contexto de governo de caráter autoritário, caracterizado pela criação e expansão de instituições públicas, porém com um claro estímulo para a iniciativa privada. E o segundo momento está relacionado com a intensa expansão desencadeada durante os anos de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) como consequência de políticas públicas de educação que atendem às exigências de organismos bilaterais de financiamento, descentralizando as ações do Estado e repassando para a iniciativa privada os serviços considerados não exclusivos, como universidades, hospitais, centros de ensino e outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Educacional, Educação Superior, Campus de Corumbá - MS.

*POZZI, Alfio. The higher education implementation process in the region of Pantanal, Mato Grosso do Sul - Corumbá: (1961-2002). Campo Grande, 2006, 114 p. Paper (Master's). Dom Bosco Catholic University – UCDB.*

## **ABSTRACT**

The research developed is part of a broader work carried out by the Program of Master Degree from Universidade Católica Dom Bosco, in the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul state which, by means of GEPPEs (a study group), has been studying the phenomenon of Higher Education movement towards cities other than the capital cities. I was assigned with the task of trying to complement the several aspects discussed so far, by analyzing the higher education implementation process in Corumbá, a city located in the west of Mato Grosso do Sul state, from 1961 to 2002. During this period two units were implemented, a public one and a private one. The method used was the documental analysis; the documents were collected in publications, the institutions' official papers and statistical sources. Until 1967, there was no institution of higher education in the region. After secondary school, it was necessary to move to other places to continue the studies, which proved to be an obstacle for most people, since the financial demand was very high. The first unit of higher education was ISPC - Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, which belonged to Universidade Estadual de Mato Grosso, and later Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Now ISPC gave place to Campus do Pantanal, a great advance for the local community. It began with four courses of teaching education, and later other courses were added to meet the demand of the local market. After this advance, another institution of higher education was implemented in 1999: Instituto de Ensino Superior do Pantanal, a private initiative, which offered more options for the young people in the region. The second institution brought along not only the inclusion of a higher number of students, notably decreasing exclusion and meeting the increasing demand for this level of education; it also offered courses that are more able to meet the region's peculiarities. In the face of the results, we consider that the higher education implementation process is part of a national movement of expanding the higher education in Brazil, begun in 1961, as one of the policies that meet the demands of the Washington Consensus, by decentralizing the actions of the State and trusting to the private initiative the services considered as non-exclusive, such as universities, hospitals, teaching centers and others.

**KEY WORDS:** Educational Politics, Superior Education in Corumbá.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Expansão do Ensino Superior por Instituição em Períodos – 1960 A - 2002.....	34
Tabela 2 -	Evolução do Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil – 1980 a 2002 .....	39
Tabela 3 -	Matrículas em curso superior no Brasil por dependência administrativa: taxa de evolução participação – 1990 a 1999 .....	45
Tabela 4 -	Matrículas em 31/03/1999 por região brasileira, população e relação curso superior / população .....	56
Tabela 5 -	Número de campus universitários no estado de Mato Grosso do Sul ....	57
Tabela 6 -	Faculdades Integradas do Estado de Mato Grosso do Sul e os respectivos anos de suas autorizações .....	59
Tabela 7 -	Número de vagas oferecidas, candidatos e ingressos ns instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul – 2000 .....	60
Tabela 8 -	Evolução dos estabelecimentos de educação superior, em Mato Grosso do Sul, de 1995 a 2002 .....	61
Tabela 9 -	Instituições de Educação superior: cidade, instituição e número de cursos oferecidos – Mato Grosso do Sul – 2002 .....	69
Tabela 10 -	Evolução da população (número de habitantes) .....	70
Tabela 11 -	Distribuição da população residente por faixa etária e sexo .....	86
Tabela 12 -	Relação, por curso, de alunos matriculados e concluintes no CPC nos anos de 1968 e 1974 .....	88
Tabela 13 -	Comparativo de expansão de vagas / inscritos por área de conhecimento no Campus de Corumbá: 1988 – 2001 .....	89
Tabela 14 -	Número de inscritos no concurso vestibular por curso e por cidade 1999 .....	95
Tabela 15 -	Número de inscritos no vestibular por curso e por cidade -99/02 .....	97
Tabela 16 -	Número de inscritos no vestibular de verão de 2000 .....	98
Tabela 17 -	Número de inscritos no vestibular de verão de 2000 .....	99
Tabela 18 -	Número de inscritos no vestibular de verão de 2001 .....	101



## LISTA DE SIGLAS

AESPAN	=	aSSOCIAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO PANTANAL
BAAP	=	Base de Apoio à Pesquisa do Pantanal
CAPES	=	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEF	=	Conselho Federal de Educação
CESUP	=	Centro de Ensino Superior “Prof. Plínio Mendes dos Santos”
CEUC	=	Centro Universitário de Corumbá
CNE	=	Conselho Nacional de Educação
COREDE	=	Conselho Regional de Desenvolvimento
CPC	=	Centro Pedagógico de Corumbá
DAES	=	Diretoria de Estatística e Avaliação do Ensino Superior
EMBRAPA	=	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias
ENEM	=	Exame Nacional do Ensino Médio
FADAFI	=	Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras
FAPEC	=	Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura
FMI	=	Fundo Monetário Internacional
FUCMT	=	Faculdades Unidas católicas de Mato Grosso
GEPPES	=	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior
IBGE	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	=	Imposto sobre Circulação de Mercadorias
IES	=	Instituição de Ensino Superior
IESPAN	=	Instituto de Ensino Superior do Pantanal
INEP	=	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	=	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
ISPC	=	Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá
LDB	=	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	=	Ministério da Educação e Cultura
MS	=	Mato Grosso do Sul
MT	=	Mato Grosso
NUPES	=	Núcleo de Pesquisas sobre o Ensino Superior
ONG’s	=	Organizações Não Governamentais

SEPLANCT	=	Secretaria de Planejamento e Tecnologia de Mato Grosso do Sul
UCDB	=	Universidade Católica Dom Bosco
UEMAT	=	Universidade do Estado de Mato Grosso
UEMS	=	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UEMT	=	Universidade Estadual de Mato Grosso
UFMS	=	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT	=	Universidade Federal de Mato Grosso
UnB	=	Universidade de Brasília
UNIDERP	=	Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal
UNIGRAN	=	Centro Universitário da Grande Dourado
USAID	=	United States Agency for International Development
USP	=	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I: A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL .....	21
1 O CRESCIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL .....	21
1.1 O Período Militar: o Autoritarismo .....	21
1.2 O Período de Transição .....	28
1.3 O Período Fernando Henrique Cardoso .....	37
2 MATO GROSSO DO SUL: BREVE HISTÓRICO .....	46
2.1 A Educação Superior em Mato Grosso do Sul .....	51
CAPÍTULO II: A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CORUMBÁ .....	66
1 CORUMBÁ: Geografia e História .....	66
2 A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MS .....	71
3 A IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PANTANAL .....	90
CONCLUSÃO .....	105
REFERÊNCIAS .....	110

## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas se têm travado intensos debates no âmbito político e educacional em relação ao papel da educação superior e sua vinculação com o desenvolvimento das nações. Muitas e diferentes argumentos sustentam a necessidade de empreendimentos de ordem privada para superar a defasagem entre a oferta e a demanda da educação superior. Nesse contexto se verifica uma expansão importante de instituições de diversos tipos de organização acadêmica e administrativa, que visam atingir à população que procura este nível de ensino. Na maioria dos casos são de caráter privada, concorrem e disputam o espaço acadêmico com instituições públicas e privadas tradicionais (católicas, confessionais, comunitárias, entre outras). Nesse sentido, o recorte histórico da pesquisa foca o período de 1961 a 2002, pois estes anos se configuram como um marco para a expansão deste nível de ensino no Brasil, como conseqüência das mudanças políticas (da ditadura para a democracia) e econômicas (a entrada do neoliberalismo e da globalização). Embora este processo adote diversas características conforme as especificidades regionais, o que tem em comum é a presença de instituições (divididas em centros e/ou faculdades) disseminadas por todos os estados da federação que oferecem cursos superiores, sendo que em algumas micro-regiões do Brasil a criação de instituições privadas ainda é um fenômeno recente e incipiente.

Portanto, o objetivo da pesquisa é compreender a implantação da educação superior em Corumbá, região esta situada no estado de Mato Grosso do Sul; para tanto, realizamos uma análise da educação superior do estado, levando em consideração o contexto nacional.

A preocupação com o tema escolhido está fundamentada na minha atuação no campo da educação, tendo assumido vários cargos administrativos, participado de debates

a nível municipal e estadual a respeito da educação pública, tendo observado, tanto no cenário nacional como estadual, um crescimento das instituições de ensino superior, fato que não acontecia em Corumbá, que durante 30 anos (de 1968 a 1998) contou apenas com uma instituição pública.

Este interesse nos animou a procurar estudos que elucidassem não e tão somente a implantação da educação superior na região pantaneira, como a chegada tardia de uma instituição privada. Nos foi dada oportunidade de cursar o Mestrado em Educação da Universidade Católica Bom Bosco – UCDB e participar do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas de Educação Superior- GEPPES -, que desenvolvia pesquisas sobre o assunto.

A educação superior no Brasil, do ponto de vista histórico teve seu desenvolvimento tardio em relação aos outros países da América Latina, sendo que, além de recente, ainda não se expandiu de uma maneira satisfatória, para atender à demanda, tornando-se uma etapa da educação altamente seletiva. Nesse sentido, a discussão sobre educação superior no Brasil, tem sido motivo de várias reuniões, debates, artigos, pesquisas destacando-se, no âmbito dessa análise, a expansão desse nível de ensino, sobretudo na segunda metade dos anos 1960.

Os estudos realizados acerca desse assunto, mostram a afirmação de políticas de expansão predominantemente no setor privado e principalmente com o crescimento incessante de instituições isoladas. A respeito, Fávero chama a atenção:

Para o crescimento desordenado e até estimulado de universidades e de escolas isoladas, aliado ao acelerado processo de privatização da educação superior no país basta observar que, se em 1962 a educação superior pública era responsável por cerca de 59% das matrículas, essa participação, em 1984, cai para 25% (FÁVERO, 1989, p. 145).

A política privatista foi a opção escolhida pelo regime político de 1964, que apoiado na ideologia do desenvolvimento econômico e da segurança nacional, refletia as lutas desenvolvidas e as aspirações da sociedade civil organizada, e ainda fruto dos mecanismos de pressão e cooptação estabelecidos entre a classe média e o Estado.

A expansão da educação superior vincula-se a essa ideologia de modernização e industrialização da sociedade brasileira, dando assim como resultado uma nova educação superior privada parceira nessa política de expansão.

Martins (1991), em sua obra *O Público e o Privado na Educação Brasileira nos anos 1980*, afirma que:

O novo ensino privado se distinguiria de modo significativo das instituições particulares que já vinham desenvolvendo suas atividades. Esses estabelecimentos eram basicamente mantidos pelas universidades confessionais, principalmente as católicas, que não se pautavam como empresas capitalistas. Ao contrário disto, as novas instituições privadas, surgidas na década de setenta, passariam a organizar as suas atividades acadêmicas objetivando de forma prioritária a obtenção do lucro e da acumulação de capital (...) captando com aguçado oportunismo a ideologia do desenvolvimento e segurança, forjado pelo autoritarismo da época (p 86).

Nesta citação o autor nos esclarece sobre a mudança ocorrida, a partir de 1960, na educação superior, em relação à dinâmica de implantação de instituições, que de um caráter filantrópico passam a ser exploradas pela iniciativa privada, com fins lucrativos e com o apoio do governo, que sinalizou para a liberalização desse setor educacional.

Na crescente expansão da educação superior pós-1964, se verifica um aumento efetivo do setor privado, do número de vagas das IES federais e pela ampliação das fundações de natureza pública e privada, o que define essa política como uma tentativa de oferecer esse nível de ensino a maior número de candidatos.

O IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, no documento *Planejamento e Políticas Públicas* (2001, p.185), afirma que na iniciativa pública, verifica-se no período compreendido entre 1960 e 1970, uma expansão como consequência de uma política educacional de liberalização de vagas e contenção de despesas. O ensino privado aproveita a oportunidade se expandindo em dois sentidos: criação de universidades e de faculdades isoladas.

Após este começo da expansão da educação superior no período de 1960 a 1970, nas décadas posteriores, especialmente na década de 1990, se observaria no país um segundo momento expansionista deste nível; durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, verificou-se o maior crescimento de cursos e instituições privadas, que de um total de 918 instituições, em 1990 passaram para 1584 instituições em 2002 (Inep, 2002).

Levando em consideração o acima exposto esta pesquisa procurou, dentro dos limites de tempo e de acesso à documentação, analisar a implantação da educação superior em Corumbá, estabelecendo como marcos cronológicos o período de 1961 a 2002. Esta delimitação temporal tornou-se significativa, especialmente a partir da promulgação da LDB 4.024/1961 que coincide, no plano estadual, ou seja, no antigo Estado de Mato Grosso, com implantação do primeiro curso de educação superior na cidade de Campo Grande por meio da Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, e, como ponto final o encerramento de oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), lapso de tempo no qual se verificou, no Brasil, e especificamente no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (após a divisão de Mato Grosso, em 1977), uma grande expansão da educação superior.

Tomando como base leituras sobre a temática, fui sendo delimitado o caminho da pesquisa e fechado o foco no objetivo da investigação; assim adotamos a metodologia de análise documental, na perspectiva qualitativa. Na primeira etapa, coletamos e analisamos obras de autores que estudaram a educação superior no Brasil, destacando a trilogia sobre a história do ensino superior no Brasil, de Luiz Antonio Cunha, abrangendo a *Universidade temporã* (1980), a *Universidade crítica* (1982) e a *Universidade reformada* (1988); Otaiza de Oliveira Romanelli, *História da educação no Brasil* (1978); Maria Luísa Santos Ribeiro, *História da educação brasileira: organização escolar* (1978); Maria Elizabete S.P. Xavier, Orlinda Maria Noronha e Maria Luísa S. Ribeiro, *História da Educação: escola no Brasil* (1994), Simon Schwartzman, *O Ensino Superior no Brasil* (1998), Luiz Fernandes Dourado, *A interiorização da educação superior e a privatização do público* (2001), entre outros.

Também foram abordadas as pesquisas desenvolvidas sobre a educação superior em Mato Grosso do Sul, consultando a base de dados da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -, da UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, da UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Rede UNIVERSITAS. A Rede UNIVERSITAS consolida uma rede acadêmica para a pesquisa e a interlocução entre pares que têm em comum a área de conhecimento educação superior. Congrega pesquisadores do Grupo de Política de Educação Superior / ANPED e tem como um dos seus objetivos selecionar, organizar, disponibilizar a comunidade e avaliar a produção científica sobre educação superior no Brasil a partir de 1968.

Entre as dissertações verificamos a existência de três pesquisas: Eloísa Bittencourt Fernandes, *Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul* (2003), (Dissertação de Mestrado defendida, em 2003, na UCDB), na qual analisa o processo de expansão da educação superior em Mato Grosso do Sul, nas quatro universidades existentes no estado: duas públicas, UFMS e UEMS, e duas privadas, UCDB e UNIDERP. O trabalho de Maria Odete Amaral, *A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: a criação, a implantação e a aventura do início da caminhada (1979-1998)* (Dissertação de Mestrado defendida em 2002, na UFSCar – Universidade Federal de São Carlos / SP) que discorre sobre a história da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em seus primeiros tempos, no período compreendido entre a criação e a regulamentação legal, que possibilitou o efetivo início de sua caminhada, rumo à consolidação. O trabalho de Milena Inês Sivieri Pistori, *Expansão e Interiorização dos cursos de direito em Mato Grosso do Sul - 1965-2002*, (Dissertação de Mestrado defendida em 2004 na UCDB) em que debate e analisa a relação entre as políticas públicas para a educação superior e o processo de expansão e interiorização dos cursos de direito em Mato Grosso do Sul no período entre 1965 e 2002.

Em relação às teses de doutorado cabe citar a de Mariluce Bittar: *Universidade Comunitária: uma identidade em construção*, que pesquisa um segmento específico de ensino superior brasileiro: as universidades comunitárias (foi defendida em 1999 no Programa de Pós-Graduação em Educação na UFSCar – Universidade Federal de São Carlos / SP) e a pesquisa de Marisa Bittar, *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído (1892-1997)* (defendida em 1997 na USP – Universidade de São Paulo),



estuda a transformação do região sul do estado de Mato Grosso do Sul e o papel desempenhado pela classe dos grandes proprietários rurais nesse processo. Além destes estudos a publicação de Lucia Salsa Correa, *A fronteira na história regional: o sul de Mato Grosso do Sul (1870-1920)* (1997), nos permitiu contextualizar historicamente a região sul de Mato Grosso.

Numa segunda etapa foram realizadas visitas às instituições de ensino superior de Corumbá, às bibliotecas locais e acervos particulares, para buscar as fontes documentais que pudessem fundamentar nosso trabalho, tendo sido coletados: resenhas históricas, dados estatísticos, atas, relatórios, revistas publicadas, regimentos, ofícios, jornais, publicações das mais variadas, folhetos. Posteriormente fomos organizando e classificando todo material, para proceder à análise e composição de nossa escrita. A partir daí procuramos identificar as tendências significativas percorrendo caminho proposto por M. Ludke e M. André, quando afirmam que:

A análise está presente em vários estágios da investigação, tornando-se mais sistemática e mais formal após o encerramento da coleta de dados. Desde o início do estudo nos fazemos uso de procedimentos analíticos quando procuramos verificar a pertinência das questões selecionadas frente às características específicas da situação estudada. Tomamos então várias decisões sobre as áreas que necessitam de maior exploração, aspectos que devem ser enfatizados, outros que podem ser eliminados e novas direções a serem tomadas (LUDKE ; ANDRÉ, 1986, p.45).

De acordo com as autoras, o processo de desenvolvimento de uma pesquisa tem como referência os valores do pesquisador, pois isso influencia muito o *modus operandi* na escolha dos caminhos que terão como trilha sua história pessoal e principalmente sua bagagem cultural (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 25).

Após a coleta de dados passamos à análise documental, pois segundo Ludke e André (1986, p.13) “... os documentos constituem uma fonte rica e estável, ratificam afirmações e análises do pesquisador, possuem um custo baixo, sendo necessário apenas que se faça um investimento de tempo e atenção para que se selecione e analise aquilo que

é relevante”. O cuidado em utilizar esta técnica obedeceu à necessidade de escolher fontes fidedignas. Optamos em nosso estudo pela utilização de fontes oficiais como, sinopses estatísticas publicadas pelo INEP, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, livros, decretos e leis, dentre outros. Os jornais foram alvo de nossa pesquisa, já que nos aproximaram os relatos e interpretações dos momentos vividos pela sociedade corumbaense.

Nosso ponto de partida foi a compreensão da história da educação superior no país aliada à análise do desenvolvimento das políticas públicas educacionais para este nível de ensino. Posteriormente buscamos leituras mais específicas nos seus diferentes aspectos: história, legislação, políticas públicas, mercantilização da educação superior, expansão e interiorização, temas que se constituíram em aspectos fundamentais do nosso objeto de estudo.

Após as leituras e coleta de dados, traçamos um plano que incluía a investigação de documentos e informações que pudessem dar-nos respostas sobre “por que” e “como” verificou-se a implantação da educação superior na região, a partir de 1961. E foi neste garimpo que conseguimos definir mais o objeto, pois as tentações de divagar eram grandes e outros interesses surgiam para tentar desviar o caminho traçado, sabendo que a delimitação é importante, pois “[...] no início há questões ou focos de interesse muito amplos, que no final devem se tornar mais específicos”. O pesquisador precisa melhorar o foco à medida que o estudo se desenvolve” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13).

Temos que enfatizar que a coleta dos dados não foi fácil, mas Corumbá possui um bom acervo histórico conseguindo, assim, suprir algumas dificuldades com documentação que encontramos nas bibliotecas e nas repartições públicas. Assim, trabalhamos com jornais, revistas e livros da época, atas de fundação e outras atas ordinárias e extraordinárias, ofícios, relatórios, informativos, dados estatísticos que nos foram fornecidos pelas instituições e dados estatísticos que consultamos no INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Na visita às duas instituições (UFMS – Campus Pantanal e IESPAN) conseguimos dados estatísticos e informações que nos permitiram verificar como aconteceu o seu

processo de implantação; constatamos que a UFMS, já, existia como universidade estadual antes da criação do estado de Mato Grosso do Sul. O campus de Corumbá iniciou suas atividades em 1968 como integrante da UEMT, da qual dependia, com uma proposta bem definida: formação de professores para suprir a necessidade local de profissionais. Somente num segundo momento, após trinta anos de funcionamento da instituição pública é que se instala outra instituição de educação superior o Instituto de Educação Superior do Pantanal – IESPAN - em 1999, sendo ele administrado pela família Baruki, até o ano de 2002, quando foi vendido para a UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, integrante da Missão Salesiana de Mato Grosso, sociedade essa que iniciou suas atividades educacionais, na cidade de Corumbá, em 1899 com a implantação do Colégio Salesiano de Santa Teresa, e, em 1960, com a abertura do Colégio Dom Bosco.

Outro recurso de pesquisa utilizado foi a consulta a sites, onde os dados estatísticos recolhidos foram tratados e utilizados para a formulação de tabelas que ajudassem na compreensão do objeto de pesquisa e na elaboração do texto. Da mesma forma os dados passaram por uma análise minuciosa aproveitando os que realmente poderiam contribuir para elucidar o tema.

Dessa maneira optamos por construir nosso trabalho em dois capítulos. No primeiro capítulo analisamos o contexto histórico educacional do Brasil (1961-2002) no que diz respeito à evolução da educação superior e o contexto histórico-político-educacional do estado de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, como suporte para a compreensão da implantação da educação superior em Corumbá.

No segundo capítulo apresentamos a região de Corumbá, onde nossa investigação se preocupa em analisar e verificar, através dos documentos obtidos, o processo de implantação das duas instituições de educação superior: UFMS e IESPAN.

Na conclusão procuramos sintetizar todo o caminho percorrido na pesquisa, tentando entrelaçar os acontecimentos nacionais, estaduais e regionais no que diz respeito à educação superior, verificando que nosso propósito inicial teve uma razão de ser estudado, pois nos permitiu definir em linhas gerais que, em Corumbá, a chegada dessa modalidade

de ensino teve sua implantação de maneira diferente ao cenário nacional e estadual, diferença esta que foi determinada pela predominância da instituição pública federal durante 30 anos (1968-1998), sem que alguma outra instituição de cunho privado, ou de outra esfera pública aí se instalasse.

# **CAPÍTULO I**

## **A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL.**

### **1 CRESCIMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

Para entender o desenvolvimento da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul, se faz necessário contextualizar, historicamente, este nível de ensino, no Brasil, especialmente do ano de 1961, em que a LDB 4.024 foi aprovada e sancionada em dezembro, ao ano de 2002, que representa o fim do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo a gestão em que mais houve o crescimento da educação superior privada.

Com o objetivo de abordar historicamente o nosso objeto de pesquisa e para uma melhor compreensão do período em questão, nos apropriamos da periodização elaborada por Vieira na sua obra “Política Educacional em Tempo de Transição”, para organizar a nossa exposição: período militar (1960-1984), período de transição (1985-1994) que compreende a abertura democrática até o fim do governo de Itamar Franco e período do governo FHC (1995-2002). A seguir contextualizaremos estas três etapas distintas, que ajudarão a explicitar as características assumidas pela educação e especificamente a educação superior no Brasil.

#### **1.1 O Período Militar: o Autoritarismo**

No período de 1960 a 1964 o Brasil teve três presidentes: Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). Denominações diversas tem sido atribuídas a este momento histórico (de 1956 a 1964): “nova democracia” (Basbaun, 1991), “redemocratização” (Parente, 2000), “republica populista” (Farias, 1997). Mas na verdade, este não é um período de definição simples.

A esse respeito, Vieira (2003), na obra *Política Educacional no Brasil*, assim se expressa:

A ambigüidade vivenciada no plano político encontra, também, expressão no campo econômico. [...] A política dominante no período em questão é fundamentada por um conjunto de elementos que se articulam mutuamente. O populismo concorre nos sentidos de um apelo direto à participação das massas populares sob controle do governo. [...] Para compreender as manifestações da educação brasileira neste intervalo é necessário refletir sobre alguns desses determinantes mais gerais que configuram o cenário nacional. (p. 104).

Como observamos na escrita da autora é um ambiente de indefinições e de incerteza, confirmado com a edição da Lei 4.024/61, um texto que nasce velho pela demora de mais de 20 anos de tramitação, onde se denota uma tentativa de conciliação entre interesses divergentes, mas com uma ideologia favorável à escola privada.

Nos anos sessenta existia no Brasil uma crise como resultado de fatores econômicos e políticos, que acabaram influenciando o Brasil em toda a década. Anseios estatizantes e nacionalistas conviviam com um projeto de industrialização estimulando o capital estrangeiro. Considerado o contexto internacional, marcado pela Guerra Fria entre as grandes potências internacionais (Estados Unidos e União Soviética), que enfrentavam ideologias que defendiam o capitalismo por um lado e o socialismo por outro, tais divergências acabam por influenciar e aprofundar as contradições internas. Nas palavras de Vieira (2003):

[...] se traduzem em discursos e práticas que radicalizam as diferenças ideológicas entre tendências de direita e esquerda. Este terreno constitui a base sobre a qual se sustenta o golpe militar de 1964 (p. 104).

Não só essa indefinição de discursos e práticas, de tendências, são marcas da administração da ditadura, mas influenciaram a abertura, implantação e desenvolvimento da educação superior no Brasil.

No que diz respeito à educação superior, em vinte anos, de 1960 a 1980, as estatísticas publicadas pelo INEP mostram que as matrículas totais cresceram 480,3%; as matrículas no setor privado aumentaram 843,7%. A moldura legal em que se inscreveu essa expansão, sobretudo em seu momento inicial, foi a LDB – Lei de Diretrizes e Bases de 1961. A Lei foi pragmática: reconhecia a organização do sistema em moldes não universitários, e também se voltava para os mecanismos de regulamentação da expansão do ensino superior. Nesse sentido, expressou a necessidade de instituir mecanismos de controle na relação do ensino superior com o mercado que, na época, já pressionava fortemente a sua expansão. Todavia, as exigências legais tinham caráter essencialmente burocrático e eram elas que embasavam a atuação do Conselho Federal da Educação, que iniciando sua atuação em 1961, sofreu as mais diversas pressões do mercado vindo, assim, a favorecer a expansão do setor privado no setor da educação superior.

Sampaio (2000, p. 226) assim ilustra esses primeiros movimentos após a edição da Lei de Diretrizes e Bases:

[...] a LDB de 1961, também, voltava-se para os mecanismos de regulamentação da expansão da educação superior. Nesse sentido, expressou a necessidade de instituir mecanismos de controle na relação da educação superior com os mecanismos ditados pela nova ordem econômica que, na época, já exigia uma presença maior. Todavia, as exigências legais tinham caráter essencialmente burocrático e eram elas que embasavam a atuação do Conselho Federal da Educação. Com base nos novos movimentos mundiais o Conselho Federal de Educação, criado também em 1961, mais favoreceu do que cerceou a difusão e a entrada do setor privado.

Na educação superior destaca-se a criação da Universidade de Brasília em 1961, que trouxe novidades de caráter organizacional e pedagógico, era (uma instituição voltada para as transformações – diferente do modelo tradicional criado na década de 1930. No

Brasil, foi a primeira a ser dividida em institutos, centros e faculdades. Nessa perspectiva, foram criados os cursos-troncos, nos quais os alunos tinham inicialmente uma formação básica e, depois de dois anos, seguiam para os institutos e faculdades. Essas inovações receberam duras críticas de reitores e professores conservadores, dizendo que esta instituição era um reduto de marxistas, porém por trás destes questionamentos havia um interesse de manutenção do *status quo*.

A estrutura da UNB ainda não tinha se completado quando o golpe militar desfigurou o processo inovador da mesma, mas, apesar disso, suas idéias pedagógicas e organizacionais tinham se espalhado para outras instituições, como na Universidade Federal de Minas Gerais que garantiu a continuidade do modelo da UNB, tentando se organizar nos mesmos moldes.

O que estava em jogo era, na realidade, o confronto entre ideais autoritários dos militares, e libertárias, dos universitários, assim descritos por Cunha:

Por isso, a modernização inovadora, representada pela Universidade de Brasília nos dois primeiros anos de sua existência, cedeu lugar, por força do golpe, à modernização conservadora, movida pela legislação autoritária, quase toda feita a base de decretos-leis, principalmente de nº53/66 e 252/67. (CUNHA, 1989, p. 51).

O modelo implantado na UNB trouxe novos ares para a Educação Superior, tanto que as faculdades isoladas buscaram nela o modelo de estrutura e funcionamento.

Em 1964 com a queda do Presidente João Goulart (1961-1964) os militares tomaram o poder, criando-se um clima de tensão e terror. As políticas educacionais instauradas pelos governos militares deixaram profundas marcas no país, estando mesmo na origem de alguns dos mais graves problemas sociais contemporâneos. Os últimos 40 anos da educação brasileira contam uma história de desmantelamento do ensino público, iniciado sob a ditadura e prosseguido após o período democrático.



Com respeito ao crescimento da educação superior, no período militar, Cunha ressalta o papel do Conselho Federal de Educação:

Ainda que não fosse política nem economicamente necessária, as afinidades eletivas entre os grupos privatistas que lutaram pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961) e os militares que perpetraram o golpe do Estado (1964) possibilitaram o crescimento da educação superior a um ritmo até então desconhecido. O conselho Federal de Educação, constituído por uma maioria de dirigentes de instituições privadas e de seus prepostos, pôs fim ao processo de federalização de estabelecimentos de ensino superior. Ademais, as normas de criação de cursos, ampliação de vagas e concessão do status universitários foram sendo afrouxadas, na medida mesma da demanda dos interessados (CUNHA, 1999, p. 136).

A partir de 1964, a expectativa dos intelectuais, defensores do ensino público e gratuito, era de que o governo militar promoveria um maior controle na criação e no funcionamento dos estabelecimentos privados, entretanto não foi isso o que aconteceu, como afirma Saviani:

Quanto à liberdade de iniciativa privada de exercer o ensino, a lei se limita ao disposto na Constituição, não incorporando as condições mais específicas definidas no projeto aprovado pela Câmara dos Deputados. Alegou-se que aquele detalhadamente implicaria cerceamento à liberdade de iniciativa sendo, portanto, inconstitucional. Mas, o próprio enunciado “cumprimento das normas gerais da educação nacional, essas normas se consubstanciam na Lei de Diretrizes e Bases que, obviamente, está autorizada a estabelecer as condições para o exercício da liberdade de ensino” (SAVIANI, 1999, p. 204).

A lei 4.024/1961 foi promulgada depois de quase vinte anos de discussão, trazendo divisões profundas e confrontos entre os privatistas e os defensores do ensino público, sendo que teve sua vigência até 1996; por outro lado, pois após a tomada de poder, os militares, implantaram a reforma do ensino superior.

O golpe militar de 1964 foi articulado politicamente de forma profunda vinculado a consistentes interesses econômicos. Para isso iniciou-se uma operação de repressão aos

intelectuais e a população em geral, tendo, o governo militar, firmado um acordo com a United States Agency for International Development – USAID, para colaboração e cooperação, incluindo uma série de convênios realizados a partir de 1964. Os convênios, conhecidos como acordos MEC/USAID tinham o objetivo de implantar o modelo norte americano nas universidades brasileiras mediante uma profunda reforma universitária. Segundo estudiosos, a partir do acordo MEC/USAID, o ensino superior exerceria um papel estratégico porque caberia a ele forjar o quadro técnico que pudesse fomentar o novo projeto econômico brasileiro, alinhado com a política norte-americana. Além disso, visava a contratação de assessores americanos para auxiliar nas reformas da educação pública, em todos os níveis de ensino.

A discordância com os acordos MEC/USAID se tornaria na época a principal crítica ao governo do movimento estudantil, cujas organizações foram em seguida colocadas na clandestinidade. Alguns setores acreditavam que o convênio com os Estados Unidos levaria à privatização do ensino no Brasil. Diante a violenta oposição promovida pelos meios intelectuais e estudantis contra estas medidas políticas, o governo criou, em 1968, um Grupo de Trabalho encarregado de estudar a reforma e propor um outro modelo.

Finalmente após perturbações que colocaram em confronto direto o governo militar com os políticos, os intelectuais, os estudantes e população, foi elaborado e promulgada uma reforma do ensino superior.

Sancionada a lei da reforma universitária, Lei. nº. 5540/1968, os anseios dos grupos militares eram de transformar as instituições da educação superior em locais onde fosse possível moldar não apenas futuros governantes do Brasil, mas sim, modificar o quadro vigente e tornar a educação um meio de formar “[...] mão-de-obra para o mercado; concebida como capital era um investimento e, portanto, devia gerar lucro social” (FÁVERO, 1980, p. 16). Sob esta égide, os governos brasileiros controlaram os caminhos da universidade e estimularam a expansão da universidade privada. Atendendo a grande demanda que buscava qualificação profissional, e “modernizar” o ensino no Brasil era uma das suas metas prioritárias.

Os movimentos estudantis, contra a ditadura militar, estavam cada vez mais inflamados e o governo militar necessitava estruturar um instrumento que pudesse regular as ações no âmbito das universidades, nesse contexto a reforma universitária foi fundamental como sistema unificador do modelo universitário imposto pelo regime militar.

A reforma universitária, editada por meio da Lei. nº 5540/1968, foi um momento de conciliação entre os interesses da ditadura e algumas demandas dos professores e alunos que havia anos lutavam contra a cátedra vitalícia. A mesma trazia em seu texto uma intenção inovadora sobre a atividade fim das universidades: ensino e pesquisa indissociáveis e extensão. Entretanto, a universidade brasileira não estava preparada para assumir como descreve Cavalcante (2000) a função de pesquisa, de um momento para outro, existia, uma contradição entre teoria e prática, pois:

[...] os professores das universidades passaram, compulsoriamente, a acumular com as suas funções de magistério as funções de pesquisador, num momento em que grande parte desses professores não tinha nem a tradição, nem fundamentação teórica, nem as condições de infra-estrutura, nem a prática de desenvolver um trabalho de pesquisa (p. 11).

Porém, o fim da cátedra vitalícia, apesar de ser um avanço dentro das universidades, serviu também de instrumento para a ditadura manipular os quadros de professores, afastando aqueles docentes considerados ameaça ao sistema. O período foi caracterizado por uma expansão da educação superior principalmente no segmento público. Porém não se deve esquecer que a Lei 5540/68, avaliza a expansão da iniciativa privada na educação superior.

De acordo com Cavalcante (2000), entre 1960 e 1974, as instituições de educação superior cresceram 286%, o número de cursos por elas mantidos, 176%, e o número de alunos, 1.059%; entre 1969 e 1974, a demanda por educação superior – considerada em termos de número de inscritos nos concursos de vestibulares – cresceu 237% e a oferta de vagas, 240% .

Nas décadas seguintes (1970 e 1980) evidenciou-se a participação e a força da educação superior privada, organizada por empresas educacionais que viam na educação um negócio de retorno financeiro garantido. Este panorama consolidou-se com a grande expansão do ensino privado através de empresas, em geral de configuração familiar, como, por exemplo, os casos da Universidade Gama Filho (UGF), criada no Rio de Janeiro, em 1972; em São Paulo, a de Mogi das Cruzes (UMC), em 1973. Na década de 1980, o surgimento de outras instituições, como a Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) e a Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), ambas em 1987 e a Universidade de Marília (UNIMAR), em 1988, ratificam esta postura da educação empresarial (BITTAR, 1999).

Segundo Fávero (1980, p. 12) a década de 1980, já numa fase de degelo e de início de uma redemocratização, se caracteriza pela luta da comunidade acadêmica em prol da democratização da administração universitária e pela autonomia não só administrativa como financeira das universidades, o governo, pressionado pelas dificuldades financeiras, decidiu assumir uma postura de “afrouxar” o controle direto da expansão da educação superior para também se desfazer da responsabilidade financeira que lhe era inerente.

Após o período militar se inicia no país uma nova fase, tanto política, quanto econômica, que terá seus reflexos da educação superior, caracterizada pela luta pela redemocratização.

## **1.2 O Período de Transição**

No início da década de 1980, o Brasil experimentou uma nova fase política, fruto de uma ampla movimentação, conhecida como movimento das diretas, que teve como desfecho a eleição indireta para a presidência da república de Tancredo Neves, em 1984, sendo o primeiro civil que ocuparia o cargo, após o período ditatorial, sendo que não chegou a tomar posse, devido a sua morte, em 21 de abril de 1985. Foi substituído na presidência da República por José Sarney, seu vice. Este fato histórico assinala o encerramento de um ciclo que se completa com a volta dos militares à caserna, e inicia-se a transição para o retomo ao Estado democrático.

No intervalo desses 15 anos (1985-2000), o Brasil foi palco de grandes mudanças de ordem econômica, política, social e cultural. As origens das transformações vividas no período nem sempre têm sido determinadas por circunstâncias intrínsecas ao País. Ao contrário, grande parte delas deve ser tributada a um movimento mais amplo, de globalização, e de enfoques economicistas que privilegiaram transformações que atingiram a conformação do Estado e sua relação com as políticas sociais.

Nesta fase, com o fim do regime militar, o País retomou, progressivamente, ao estado democrático. Durante tal período, o Brasil teve três presidentes diferentes:

- 15/03/1985 a 14/03/1990: José Sarney
- 15/03/1990 a 02/10/1992: Fernando Collor de Mello
- 02/10/1992 a 31/12/1994: Itamar Franco

Se durante o período militar o País teve para a educação, um projeto político claro, expresso em duas reformas de grande impacto: a reforma universitária (1968) e a profissionalização do ensino médio (1971), diferentemente nos "tempos de transição" (Vieira, 2000), como a própria expressão sugere, não se configurou um projeto com contornos definidos desde seu nascedouro.

Para Cunha, o aparente processo de “democratização” no campo da educação superior, iniciado com a transição para a democracia entre 1985 e 1990, tinha como características principais a privatização e a fragmentação institucional, e pode ser analisado inicialmente através dos seguintes dados:

Cerca de 60% dos estudantes de graduação estão matriculados em instituições privadas; dentre as instituições de ensino, predominam as faculdades isoladas e as associações de faculdades, sendo as universidades minoritárias estas são em números praticamente equivalentes no setor público e no setor privado. As faculdades isoladas e as associações predominam no setor privado (80%). As universidades abrangem pouco mais da metade (55%) dos 1,6 milhões dos estudantes do curso de graduação (CUNHA, 1999, p. 136).

Esta afirmação de Cunha se refere ao acelerado aumento das instituições de educação superior que se verifica período pós-ditadura.

Os três governos (Sarney, Collor e Itamar) do período de transição (1985-1995), tiveram marcas distintas, que podem ser detectadas no breve resumo de cada um deles, apresentado a seguir.

Em relação ao Governo Sarney, Vieira (2003, p. 159) esclarece que “A política educacional apresenta ambigüidades. Há uma busca de caminhos, uma ausência de clareza, no que se refere às políticas e planos, daí essa gestão ser caracterizada como de indefinição de rumos. Não se percebe ainda um novo projeto, capaz de responder aos tempos de transição e às demandas de educação que nele se coloca. No âmbito do esclarecimento das intenções, as primeiras alternativas são indicadas no documento Educação para Todos: caminhos para mudança”.

A administração educacional no período 1985-1990 assim pode ser resumida:

Clientelismo, tutela e assistencialismo foram os três vetores da administração educacional da Nova República, que nesse aspecto só se distinguiu dos governos militares por juntar-lhes uma bombástica retórica ('Tudo pelo social'); e pela prática da cooptação dos dissidentes, bem como pela preocupação em não poupar na troca de "benefícios" governamentais por apoio político" (CUNHA, 1991, p.143).

Cunha, na obra *o Golpe na Educação* (2002), mostra que não houve mudanças na condução da administração pública, sendo que os novos administradores souberam disfarçar com uma maciça propaganda de cunho social. Confirmando essas idéias, Kunzer (1990), em sua obra *Pedagogia da Fábrica* esclarece:

Com certeza, na área de formulação de políticas educacionais nada se inovou no período de transição em relação aos processos que caracterizaram tanto o período populista quanto o autoritário. Conseguiu-se, pelo contrário, não por acaso, uma interessante mescla de populismo com autoritarismo, através de um processo que, ao pretender ser democrático contrapondo-se à centralização,

terminou por caracterizar-se pela ausência de direção e pela fragmentação [...] Desta forma, de uma fase tecnocrática de formulação de Planos, passou-se à pulverização dos discursos travestida de descentralização (KUENZER, 1990, p. 56).

A autora confirma que, apesar de uma administração civil, continuam as mazelas herdadas do período anterior. Outro foco importante de tensão localiza-se nos debates sobre os destinos da educação superior mediante propostas de reforma que foram discutidas no período, bem como na política de financiamento de projetos inaugurada pelo Ministério da Educação que facilitaram o repasse de recursos ao setor privado.

Em novembro de 1986 realizaram-se eleições simultâneas para Governadores, Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Estaduais, com o PMDB elegendo a maioria dos Governadores e tornando-se majoritário no Congresso Nacional. O novo congresso nacional se tornou Assembleia Constituinte, encarregada de elaborar a nova Constituição Brasileira, aprovada em 1988.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art.207, trata da autonomia das universidades. Assegura que "as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão". Evidentemente esta afirmação se torna um marco histórico dentro da estruturação das instituições de ensino superior, uma vez que consagra princípios históricos e acadêmicos fundamentais para a organização e funcionamento das universidades brasileiras. A esse respeito Viera (2000, p. 75) comenta:

O Art. 207 concretiza, portanto, luta histórica do movimento dos Educadores e da comunidade científica em geral em prol da liberdade acadêmica e da autogestão, explicitada no princípio da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Além disso, afirma que essa autonomia deve obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que em tese garante que toda universidade deve ter a pesquisa como mediação para o ensino e para a extensão. A pesquisa é colocada no centro de uma relação de produção do trabalho acadêmico, não podendo ser desenvolvida separadamente, assim como o ensino e a extensão. Essa intenção parece ter como objetivo, em primeiro plano, o de evitar a

fragmentação das atividades acadêmicas desenvolvidas, bem como a repartição ou a pulverização da oferta de bens e serviços acadêmicos com base em critérios alheios à lógica essencial de organização e de produção do trabalho que ocorre na universidade.

Vimos aqui concretizadas, em parte, as idéias e as lutas que os educadores brasileiros vinham propondo desde tempos remotos (1930), com o Manifesto dos Pioneiros, e mais tarde as reivindicações expressas nos movimentos da época ditatorial.

A Constituição de 1988 trouxe, ainda, outros aspectos bastante significativos para o campo da educação superior. Exemplo disso é o Art. 208, inciso V; que trata do dever do Estado para com a educação. Esse inciso afirma que o dever do Estado será efetivado mediante a garantia de "acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um" (Constituição Federal, 1988).

O Art. 208, V, afirma que “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”, chama-se a atenção, para a segunda parte do texto, em que se afirma que o acesso deve-se dar conforme a capacidade de cada um. Parece evidente que a concepção predominante aqui é a dos dons e aptidões naturais, de inspiração liberal (BISSERET, 1989, p. 15).

Nesse caso, só chegariam aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística os sujeitos dotados de faculdade e inteligência superiores. A própria noção de educação superior como algo acima do que é básico, ou seja, do que pode ser para todos, corrobora essa concepção elitista de educação e faculto usos ideológicos os mais diversos, tais como a dicotomia educação básica-educação superior, a priorização dos fundos públicos para o ensino que é considerado básico, a privatização da educação superior por diferentes meios, à realização da pesquisa apenas em espaços privilegiados de excelência, dentre outros.



Por sua vez, o Art. 214 estabelece a elaboração do o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Podemos verificar que, se observadas as ações acima definidas poderia acontecer, no país, uma revolução educacional e cultural, que os intelectuais tanto esperaram.

Para poder satisfazer as aspirações acima, era necessário um instrumento que as garantisse não só nas intenções, mas na sua realização, ensejando assim a aprovação de um Plano Nacional de Educação que fosse a trilha para a realização das metas previstas. Mas a elaboração do Plano Nacional de Educação só se verificaria mais tarde, em 2001, e assim mesmo com muitos vetos, por parte do governo. Na década de 1990 volta, com toda força, a expansão da educação superior como consequência de uma nova retomada dos setores privatistas, que expressava as necessidades políticas e econômicas do desenvolvimento nacional, bem como as demandas sociais por “canais de promoção social”. De acordo com Cavalcante (2000, p.125,) “essa expansão é caracterizada pela evidência das limitações do Estado como promotor hegemônico do crescimento da oferta de vagas [...], seria preciso compartilhar com a iniciativa privada o ônus dessa expansão”.

Aproveitando essa limitação do Estado, período em que o laissez-faire foi mais intenso, ocorreu uma das maiores expansões da educação superior experimentadas no Brasil, como nos mostra a tabela abaixo:

**TABELA 1**

Evolução do Número de Instituições por Natureza e Dependência Administrativa - Brasil - 1980-2002

ANO	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADES					Fac. Integradas e Centros Universitár.				Estabelecimentos Isolados				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
1980	882	65	34	09	02	20	20	01	-	19	797	22	43	89	643
1981	876	65	34	09	02	20	49	01	01	47	762	18	68	126	550
1982	873	67	35	09	02	20	51	-	01	49	755	18	70	122	545
1983	861	67	35	10	02	20	57	-	01	56	737	18	69	111	539
1984	847	67	35	10	02	20	59	-	01	58	721	18	64	108	531
1985	859	68	35	11	02	20	59	-	01	58	732	18	64	102	548
1986	855	76	35	11	03	27	65	-	02	63	714	18	79	115	502
1987	853	82	35	14	04	29	66	-	-	66	705	19	69	99	518
1988	871	83	35	15	02	31	67	-	01	66	721	19	72	89	541
1989	902	93	35	16	03	39	64	-	-	64	745	19	68	79	579
1990	918	95	36	16	03	40	74	-	-	74	749	19	67	81	582
1991	893	99	37	19	03	40	85	-	03	82	709	19	63	78	549
1992	893	106	37	19	04	46	84	-	03	81	703	20	63	81	539
1993	873	114	37	20	04	53	88	-	03	85	671	18	57	80	514
1994	851	127	39	25	04	59	87	-	03	84	637	18	48	81	490
1995	894	235	39	27	06	63	111	05	05	101	648	18	44	66	520
1996	922	136	39	27	06	64	143	04	07	132	643	18	43	67	515
1997	900	150	39	30	08	73	91	-	01	90	659	17	44	72	526
1998	973	153	39	30	08	76	93	-	-	93	727	18	44	70	595
1999	1081	155	39	30	03	83	113	-	02	111	813	11	36	55	711
2000	1161	156	39	30	02	85	140	-	03	137	865	11	23	49	782
2001	1356	156	39	30	02	85	165	01	03	161	1036	10	24	48	964
2002	1584	162	42	31	04	84	182	01	05	176	1240	07	25	48	1160

Fonte: MEC/INEP - 2002

Ao analisar a tabela acima podemos notar que:

- As universidades, no período contemplado, tiveram crescimento de 150%, sendo que as federais cresceram em 25%, as estaduais 24,4%, as municipais 400%, no período de 1980 até 1998, voltando a decrescerem até 2002, enfim as particulares cresceram 320 %;
- O aumento maior de instituições verifica-se após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96 com os seguintes

dados: 72% no total geral; os estabelecimentos de iniciativa privada cresceram 123%;

- De 2000 a 2002, final do governo FHC, os estabelecimentos isolados cresceram 43,3%, as faculdades integradas 30% e no total geral 36%.

A situação não sofre alterações significativas no governo seguinte, quando Collor Fernando de Mello (1991-1992) assumiu a presidência, o impacto das medidas econômicas eram de tal ordem que a preocupação em formular uma política educacional foi relegada a segundo plano; os 'feitos' de Fernando Collor de Mello, na educação como espetáculo, sendo este um período caracterizado por muito discurso e pouca ação (Vieira, 2003, p.162).

Quando Collor assumiu a Presidência da República, o impacto das medidas econômicas era de tal ordem que a preocupação em formular uma política educacional foi relegada o segundo plano. Nos primeiros meses desta gestão, registrou-se uma mobilização das sociedades científicas e das entidades organizadas dos educadores, contra a extinção de órgãos que estavam ameaçados, mobilização essa que, entre outras coisas, contribuiu para o impeachment de Collor.

Posteriormente, o vice-presidente Itamar Franco (1992 – 1994) assumiu o governo, ascende ao poder em caráter definitivo, completando o tempo que faltava para o término do mandato de Fernando Collor.

Vieira (2003, p. 164) explica que:

Sob a presidência de Itamar ocorre uma tentativa de retomada da definição da política educacional. Tal intenção se materializa através de um significativo processo de mobilização nacional que tem dois momentos chaves. O primeiro, inicia-se com os debates visando à elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil, 1993a), o qual se desdobra em planos decenais de educação elaborados por Estado e Municípios. O segundo, se expressa na realização da *Conferência Nacional de Educação para Todos* (Brasil, 1994), oportunidade em que é debatida uma ampla agenda de temas colocada a partir do processo anterior.

Itamar imprimiu metas discretas à sua gestão, cercando-se de auxiliares de confiança e de nomes de notoriedade nacional. Dentre eles estava Fernando Henrique Cardoso, senador por São Paulo, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que começa como chanceler para, depois, responder pelo Ministério da Fazenda do Brasil. A ênfase da sua gestão estava na contenção de gastos públicos, aceleração do processo de privatização, controle de demanda através do aumento de juros e abertura às exportações, o que provocaria a queda de preços internos.

Podemos observar que, nesse período, a educação superior sofreu um decréscimo em sua expansão tanto que na tabela 1, da página 32, assim configura: - 4,7% no geral, as universidades crescem 19% e os estabelecimentos isolados - 5%.

Sguissardi (2002, p. 26) afirma que a questão da expansão da educação superior no setor privado é uma das conseqüências geradas pela necessidade em atender o processo de internacionalização da economia brasileira nos anos 1990 “sob os ditames dos ajustes ultraliberais ou da conhecida cartilha do Consenso de Washington”.

Em uma outra análise, feita na comunicação apresentada em Mesa Redonda sobre Reforma Universitária na América Latina, no Fórum Mundial da Educação (Porto Alegre de 23 a 27/10/01), Sguissardi (2001, p.68) reúne idéias e dados constatando que em:

[...] 1995 as autoridades federais começaram a pôr em marcha o atual processo de reconfiguração da educação superior no país levando em considerações as recomendações e o Modelo Mundial de Universidade do Banco Mundial e, também, os estudos e convicções específicas do Núcleo de Pesquisas sobre a Educação Superior.

Com efeito, o governo Itamar não deu a devida importância à educação superior, até pelas recomendações do Banco Mundial e outros organismos internacionais que vinham ditando regras não só no campo educacional, como em todos os setores. A esse governo sucedeu Fernando Henrique Cardoso, eleito pelo sufrágio universal, conhecia bem os meandros da administração pública por ter sido ministro da fazenda, do governo

anterior, e idealizador de novos rumos econômicos a serem empreendidos pelo Brasil.

### **1.3 O Período Fernando Henrique Cardoso**

Em pleno regime democrático o novo governante do país foi eleito Fernando Henrique Cardoso por eleição direta, no primeiro turno, com mais de cinquenta por cento dos votos válidos, refletindo a confiança que a nação estava depositando com sua eleição. Após os primeiros quatro anos de governo, acabou sendo reeleito para outro mandato.

Durante os dois mandatos o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi delineado pelo pensamento neoliberal. A educação superior não fugiu à regra, exemplo disso foi a grande expansão do segmento privado nessa época, onde a iniciativa privada aumentou sua participação no mercado em 127%., resultado de um descomprometimento do Estado com o atendimento a este nível e conseqüentemente aumento de vagas do segmento público e a falta de investimentos nas estruturas das instituições públicas, levando-as ao sucateamento de muitas delas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/1996, deu margem para a entrada da iniciativa privada com toda a força, confirmando o disposto na Constituição Brasileira de 1988:

O ensino é livre a iniciativa privada, atendida as seguintes condições: I cumprimento das normas gerais da educação nacional, II - Autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.” (SENADO FEDERAL, 2001).

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9.394/1996, mais especificamente com o decreto nº. 2306/97 a educação superior poderia ser oferecida conforme diferentes tipos de organização acadêmica das instituições:

Cinco formatos diferentes: universidades; centros universitários; faculdades integradas; faculdades; institutos superiores ou escolas superiores. Não se distinguem faculdades e institutos superiores nem escolas superiores, termos

que, no Brasil, têm sido utilizados como sinônimos [...] (CUNHA, 2002, p. 82).

Assim a Lei propiciou uma diversificação de instituições não universitárias que facilitam a sua expansão, especialmente devido ao baixo investimento necessário para o empreendimento deste tipo de iniciativa educacional do ponto de vista comercial.

Na análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 é evidente a autonomia concedida às instituições, principalmente, quando se trata dos centros universitários e universidades, os quais possuem a liberdade de criar, organizar e extinguir cursos em sua sede e programas de educação superior. Os centros universitários são universidades de ensino, sem tantas obrigações com a pesquisa e sim com a qualificação do corpo docente e as condições de trabalho acadêmico e as universidades são aquelas que deveriam se preocupar em pautar suas ações na tríade indissociável: ensino, pesquisa e extensão.

Fica evidente que é um grave erro expandir a educação superior sem respeitar as condições mínimas para a formação de bons profissionais e, portanto, cidadãos. A função das instituições de ensino não é apenas a de instruir. É, sobretudo, a de educar. Por isso, o aumento do número de instituições privadas de educação superior que buscam somente formar profissionais, sem realizar pesquisas ou atividades de extensão, representa um atraso de dezenas de anos no progresso do nosso país. O Brasil precisa sim de novas instituições de educação superior, mas que exerçam suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de modo sério, produtivo e inovador. Infelizmente, não é o que vem ocorrendo no Brasil.

Como se pode observar pelo até aqui exposto, nos anos 1990 a educação superior privada voltou a crescer intensamente. Prossegue o movimento de transformação de instituições isoladas privadas em universidades, bem como o seu crescimento físico. Ademais a multiplicação dos *campi* e a diversificação dos cursos empreendida por parte de universidades recentemente criadas, são tendências características desta década. Esta nova

revitalização da expansão esta expressa na tabela a seguir onde o aumento de número de matrícula está relacionado com o aumento das instituições da Tabela 2:

**TABELA 2**

Matrículas em cursos superiores no Brasil por dependência administrativa: taxa de evolução participação – 1990 - 2002

Ano	Total	Evolução Anual %	Dependência Administrativa				Evolução% Int.Privado	Participação % Inst.Privada
			Federal	Estadual	Municipal	Privada		
1990	1.540.080	-	308.867	194.417	75.341	961.455	-	62
1991	1.565.056	1,62	320.135	202.315	83.286	959.320	-0,22	61
1992	1.535.788	-1,87	325.884	210.133	93.645	906.126	-5,54	59
1993	1.594.668	3,83	344.387	216.535	92.594	941.152	3,87	59
1994	1.661.034	4,16	363.543	231.936	94.971	970.584	3,13	58
1995	1.759.703	5,94	367.531	239.215	93.794	1.059.163	9,13	60
1996	1.868.529	6,18	388.987	243.101	103.339	1.133.102	6,98	61
1997	1.945.615	4,13	395.833	253.678	109.671	1.186.433	4,71	61
1998	2.125.958	9,27	408.640	274.934	121.155	1.321.229	11,36	62
1999	2.377.715	11,84	303.178	303.178	87.080	1.544.622	16,91	65
2000	2.964.245	14,41	482.750	332.104	72.172	1.807.219	20,71	67
2001	3.030.254	12,49	502.960	357.015	79.250	2.091.529	10,20	69
2002	3.479.913	12,92	531.634	415.569	104.452	2.428.258	15,55	69

Fonte: MEC/INEP - 2002

A análise da tabela acima mostra os seguintes resultados:

- O aumento geral das matrículas foi de 113% sendo que nas IES privadas cresceu 130%,
- As federais tiveram um aumento de 42% ,
- As instituições estaduais 114%
- As municipais 53%

São dados significativos que Valdemar Sguissardi (2001) analisa da seguinte maneira:

[...] No ano de 1994, o Banco Mundial (1994) em uma amostra de 41 países, situava o Brasil como um dos países do mundo com mais alto percentual de matrículas na educação superior privada, isto é, em torno de 60%. Com percentual maior que o Brasil, nessa amostra, constava as Filipinas, a Coreia do Sul, o Japão, a Bélgica a Indonésia, a Colômbia e a Índia [...] Com mais de 75% de matrículas na educação superior pública Estados Unidos, Tailândia, México, Venezuela, Argentina [...] (p. 15).

O aumento substancial no número de matrículas foi ajudado pelas mudanças introduzidas pela LDB de 1996 quanto modificou o processo seletivo para ingresso na educação superior, alterações essas almeçadas pelo ministro da educação Paulo Renato de Souza. Uma das primeiras experiências surgiu na Universidade Nacional de Brasília que já propunha a análise do currículo escolar do ensino médio para facilitar o ingresso na educação superior.

O governo Fernando Henrique teve como marca profunda na educação superior o descompromisso com a qualidade, sem as quais a educação como bem social se torna impossível. Essa ação governamental é comentada por Azevedo e Catani (2004, p.102) quando afirmam que: “É muito pouco achar que o controle por meio de avaliações das condições de ensino das IES e incentivo a iniciativa privada seja a chave para se ter boas instituições e vagas para todos, pois, como já foi visto, até os mecanismos de controle atendem os grandes privatistas da educação que colocam a educação como empresa que deve ser lucrativa ao extremo”.

A expansão da educação superior privada após a década de 1990 foi parte integrante da reforma neoliberal. Mas nas últimas décadas este crescimento se dá dentro de uma lógica política diferente da exercida e orientada durante o período da ditadura militar.

A expansão no período da ditadura militar foi movida por três principais eixos: por uma inclusão de setores médios da população no educação superior através de um aumento das IES públicas, com a criação de inúmeras federais e de algumas estaduais que passaram a compor o núcleo central da expansão universitária, criando um sistema nacional universitário para tornar a universidade centro formador de um contingente numeroso de técnicos e especialistas para atender o modelo de desenvolvimento dependente do



capital internacional e promover um crescimento do ensino privado cujas características foram demarcadas principalmente pela existência de faculdades isoladas, sendo poucas as universidades privadas se compararmos com os dados atuais. (Guasco, 2001, p. 5)

O período de 1990 a 2002 representou mais uma etapa para a construção de uma vasta rede de estabelecimentos de ensino privado mediante a concessão de subsídios diretos e indiretos, fruto de uma política neoliberal implantada sob orientação dos organismos internacionais.

Nesse mesmo período, as universidades privadas, principalmente as católicas e Pontifícias, recebiam subsídios públicos que reduziam suas mensalidades, propiciando, além disso, a possibilidade da criação, em algumas delas, de programas de pós-graduação que historicamente foram se constituindo em referência.

A Constituição de 1988, em seu artigo 213, permite a concessão de verbas públicas para as escolas confessionais, comunitárias e filantrópicas e, além de admitir um ensino puramente empresarial, lucrativo, dentro da visão mercantilista da educação.

Para consolidar estas manobras foram emanados diversos decretos: Decreto. nº 2.306, de 19 de agosto de 1997, que atribuiu prerrogativas de autonomia didático-científica, além de outras, e Dec. nº 3.860, de 9 de julho de 2001 que versa sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, além de estabelecer outras providências.

A expansão educacional, de cunho economicista e tecnocrática, retira a educação da esfera dos chamados direitos da cidadania e a coloca como um serviço disponível no mercado. No período de 1961 a 2002, se verifica uma forte migração da educação pública para a iniciativa privada. O que era direito passa a ser um bem de serviço, uma mercadoria, assim como ocorre com a saúde e a previdência social.

Sob influência, e mais que isso, determinação do Banco Mundial, foram remodeladas, no mais amplo sentido, tanto a estrutura quanto à função de todos os níveis e modalidades da educação no Brasil – da educação infantil à pós-graduação.

A entrada e o estabelecimento do Banco Mundial no Brasil foi disfarçada até 1970 de agência internacional de financiamento e assistência técnica para projetos de investimentos, para, mais tarde assumir seu verdadeiro papel de atuação política, ou seja, definir e comandar o “desenvolvimento sustentado independente”, e se apresentando nas vestes de uma agência financiadora de projetos sociais, como o combate à pobreza por meio da educação, da saúde e principalmente da agricultura (SGUISSARDI, 2001, p. 46).

Pode-se verificar que a partir de 1990, com a Conferência Mundial para Todos realizada em Jontiem, a UNESCO e o Banco Mundial determinaram como prioridade a educação básica, reafirmada no Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial: o trabalhador e o Processo de Integração Mundial, de 1995, “recomendendo” aos governos que concentrem “a inversão pública na educação básica, recorrendo ao mesmo tempo, em maior grau, ao financiamento familiar para a educação superior”(Idem), deixando em segundo plano a educação superior.

Em março de 2000, novamente, o Banco Mundial, interveio nas políticas públicas, e determinou uma nova estratégia baseada na necessidade de uma ação urgente no sentido de provocara expansão e melhoria da qualidade da educação superior nos países pobres, vinculando o seu desenvolvimento a esse nível de ensino. (SGUISSARDI; SILVA JUNIOR, 2005, p. 47).

O que a primeira vista parecia uma nova orientação no fundo era uma virada do jogo. Para isso, é suficiente analisar como aconteceu a expansão da educação superior no Brasil depois da década de 1990 e os conceitos de avaliação de qualidade que compõem a avaliação institucional elaborada pelo MEC neste período.

A partir de 1990 inicia-se um movimento mais acentuado de privatização da educação e de sua transformação, orientando tanto a política para a escola pública como privada, costurado pelos órgãos governamentais mediante um inúmero conjunto de leis e

de portarias, que pouco a pouco foram desestruturando a educação nacional e estruturando um “novo” modelo mais acentuadamente privatista da educação superior.

Por outro lado, sabe-se que este crescimento não respeita um projeto de desenvolvimento econômico e social do país, mas está de acordo com as metas do Banco Mundial, ou seja, a obtenção de lucros.

Os movimentos organizados e progressistas, que surgiram nestas últimas décadas, defendem: uma ampla democratização das universidades, um padrão de qualidade único para a educação superior no país, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e uma ampla autonomia universitária, entendida como fundamental, tanto para a democratização da estrutura da educação superior, como também para livre produção de conhecimento.

A forte e desregulada expansão da educação superior ocorrida nas últimas décadas respeita a lógica de uma política internacional globalizante, onde o aumento no oferecimento de vagas se deve principalmente à expansão da rede particular de ensino que ocorre tanto mediante a ampliação do número de instituições e cursos como pela abertura de novas IES privadas em todo o país, crescimento este dirigido e impulsionado pela grande defasagem de vagas nas IES públicas, diante de uma demanda crescente por esse nível de ensino e por uma orientação que tem como objetivo o rebaixamento do papel do nosso país na estrutura internacional.

Assim Sguissardi, na sua obra *Educação Superior* (2001. p. 15) confirma que não existe dúvida quanto à necessidade de expansão da educação superior no país, já que a inclusão na educação superior no Brasil é aviltante, se comparada com a inclusão que existe na maioria dos países da América Latina e Central, e a formação universitária é fundamental num projeto de formação profissional, científica e cultural de quadros.

Por esse e outros motivos Peixoto (2000, p. 36) afirma que:

A proliferação de universidades na iniciativa privada ocorre principalmente pelos seguintes fatores: 1) entendimento e aplicação de uma autonomia universitária que para os empresários da educação

significa liberalização do ramo educacional, além da LDB dividir ensino pesquisa e extensão, considerando a existência de instituições apenas de ensino, criando, além disso, a possibilidade de universidades por campo de saber; 2) porque as exigências contidas na LDB para as universidades públicas e privadas são de caráter e ênfase diferenciadas; 3) porque as exigências de um número de professores titulados e com regime contínuo nas universidades têm sido interpretadas e implementadas pelos empresários da educação segundo os seus interesses, já que não existe uma regulamentação oficial sobre como devem ser constituídos os planos de carreira e os contratos por tempo contínuo; 4) porque a transformação de centros universitários e faculdades integradas em universidades otimiza os custos, regula, de certa forma, a concorrência; e amplia as margens de lucro.

Os preceitos contidos na legislação, especialmente na Lei 9.394/96, constituem um conjunto de orientações que facilitam essa expansão da educação superior. A desregulamentação, oficializada, permite uma mercantilização da educação superior, sendo que o governo, com suas descentralizações, onera a sociedade para o papel de controle de qualidade das instituições tanto públicas quanto privadas.

E nesse sentido que reportamos a análise feita por Silva Jr. e Sguissardi no que se refere à proposta do governo FHC quanto à educação superior:

[...] as instituições estatais de ensino educação superior transformar-se-iam em entidades públicas de natureza privada, pode-se dizer, semi-públicas. Na proposta de Bresser Pereira, as organizações sociais submeter-se-iam a três tipos de controle: estatal, comunitário e de mercado. Ao estatal, pois estariam sendo gerenciadas por meio de contratos de gestão celebrados com o Estado; ao comunitário, porque administradas por um conselho de administração; e ao mercado, porque a este caberia velar pela eficiência e qualidade dos serviços prestados, bem como oferecer um financiamento complementar ao oferecido pelo Estado (2001, p. 5).

Ou seja, o desmonte da educação estava armado, e para tanto o Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, por meio do Plano de Reforma do Estado, proposto em 1997,

introduziu o projeto de descentralização dos serviços sociais do aparelho do estado para o setor público. Ainda, segundo o projeto, as organizações públicas não-estatais eram consideradas especificamente fundações de direito privado que ganhavam o direito de fazer parte do orçamento federal, estadual e municipal.

A retirada do poder público dos serviços essenciais provocou um desajuste, na educação superior, que se refletia, na grande exclusão da maioria da população ao direito deste nível de educação. Fato esse que foi verificado no Censo Demográfico 2000, demonstrando que o número de matrículas em relação à população do Brasil por grau de escolaridade reflete um índice de desigualdade social, na qual apenas 1,5% do total da população participam da educação superior, como demonstra a tabela abaixo.

**TABELA 3**

Matrículas em 31/03/1999 por região brasileira, população e relação curso superior/população.

Região	Unidade da Federação	Matrícula Curso Superior	População	Relação Curso/População
<b>Brasil</b>		<b>2.369.945</b>	<b>169.544.443</b>	<b>1,5 %</b>
Região Centro-Oeste	Distrito Federal	55.910	2.043.169	2,7%
	Goiás	57.634	4.994.897	1,2%
	Mato Grosso	35.589	2.498.150	1,5%
	Mato Grosso do Sul	37.868	2.075.275	1,8%
<b>Total da Região Centro-Oeste</b>		187.001	11.611.49	1,6%

Fonte: IBGE, 2000

Ou seja, verificamos ainda que, num país de 170 milhões de habitantes, em 1999, apenas 2.369.945 cursavam a educação superior, isto como decorrência da execução das medidas dos órgãos internacionais, que além de tudo provocaram um congelamento das matrículas na educação superior pública e expansão do ensino privado, que segundo Sguissardi (2001, p. 9) “De 1994 a 1999 as IES federais tiveram somente 21% de crescimento de seus efetivos discentes de graduação, contra 60% das IES privadas”.

De fato a educação superior, no Brasil, continua como começou: elitista, haja vista o pequeno contingente que consegue chegar a este nível de escolarização, embora a educação superior passou (e passa), por inúmeras transformações que se assemelham às enfrentadas pela maioria dos países que compõem a “periferia do mundo globalizado“. Isso não ocorre de forma espontânea, e “nem por demanda de seus agentes /atores internos/ou de sua clientela” (SGUISSARDI, 2001, p. 13).

O período FHC pode ser contemplado com a análise de Valdemar Sguissardi sobre a educação superior no Brasil:

Os dados e análises demonstram que expansão com privatização pode ser uma rima, mas, além de pobre não casa com efetiva democratização do direito a uma educação superior que mereça o nome. Uma outra política de educação superior para o país se faz necessária e urgente, apoiada em diagnósticos adequados e ancorada em princípios e teses que restaurem o lugar que deve ocupar a educação superior no esforço de desenvolvimento soberano de uma nação (SGUISSARDI, 2002, p. 38).

Podemos concluir que a educação superior, no Brasil, no período de 1961 a 2002, ao mesmo tempo em que se verifica a entrada maciça do setor privado, até o ponto de deter mais de 60% do mercado, as instituições públicas cresceram com menos intensidade devido não só a falta de investimentos para atender a demanda desse nível de ensino, mas pelas políticas executadas nos vários governos durante estas décadas. Sendo assim, na continuação pretendemos verificar como alguns fatos e processos analisados neste trabalho, relacionados com educação superior no país, tem suas repercussões na educação superior no estado de Mato Grosso do Sul.

## **2 A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MATO GROSSO DO SUL**

Neste tópico nos propomos a realizar uma rápida explanação sobre a implantação da educação superior em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, para podermos contextualizar melhor o que aconteceu com esse nível de ensino na cidade de Corumbá.

O estado de Mato Grosso<sup>1</sup> foi ocupado rapidamente mediante as constantes incursões de portugueses, espanhóis e paraguaios, assim como cidadãos mineiros, paulistas, nordestinos e demais aventureiros que viam no Centro-Oeste do País uma região muito promissora por sua privilegiada localização geográfica.

Desde o começo do século XX, a região Sul do estado do Mato Grosso vinha mostrando movimentos e aspirações de desmembrar-se da região Norte, visando a criação de um novo estado independente. Muitas foram as resistências, especialmente políticas, pois o acúmulo das riquezas econômicas se concentrava na região sul, e a idéia da divisão significava a morte econômica da região norte.

Por causa de seu afastamento dos grandes centros, a ocupação da região sul do estado se iniciou no século XX com a constituição de uma sociedade mais complexa e aberta, além de incrementar os laços políticos e comerciais com os estados do Paraná, Santa Catarina, Minas e principalmente São Paulo. Esses vínculos, tão fortes, até pela invasão de sulistas na ocupação do sul do estado, determinou uma significativa participação na Revolução de 1924, nas Revoltas Tenentistas e na Revolução Constitucionalista de 1932 (CORREA FILHO, 1969, p.614).

A criação de Mato Grosso do Sul fez parte de um vasto movimento de interiorização e de ocupação do território nacional, fenômeno este denominado como Marcha para Oeste pela historiadora Marisa Bittar em sua tese Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao estado construído (1997).

Desde os idos de 1931 existia a preocupação dessa ocupação do oeste brasileiro e Marisa Bittar expressa que

---

<sup>1</sup> A origem do nome do estado de Mato Grosso se deu pelos idos de 1730, quando aventureiros que chegavam à região se deparavam e se maravilhavam com as grandes e espessas matas aqui existentes, daí o nome de “mato grosso”, nome este que foi adotado oficialmente a partir de sua publicação ocorrida na Carta Régia de 9 de maio de 1748 (CORREA, 1969, pg.178)

[...] em termos de política adotada pelo estado autoritário, assentava-se em fundamentos teóricos da geopolítica, concepção que nasceu às vésperas da 1ª guerra mundial centrava-se na necessidade de expansão e ocupação territorial (BITTAR, 1977, p. 196).

Pela extensão territorial e a difícil comunicação, foram se formando vários grupos políticos que se fixavam em varias regiões do Estado de Mato Grosso, cada um com suas idéias e pretensões, sendo que a falta de entendimento prejudicava o desenvolvimento do estado como um todo, até que as brigas políticas e econômicas, que se vinham travando desde o governo Vargas, serviram de base para a divisão do estado de Mato Grosso, em 1977.

A divisão em si veio confirmar os estudos geopolíticos, tantos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -, como da ESG – Escola Superior de Guerra - sobre a necessidade de ocupação da região, como parte de uma estratégia de desenvolvimento de políticas públicas e expansão do domínio territorial efetivo, e parte de um projeto político nacional, no qual se queria aumentar a representatividade parlamentar (BITTAR, 1997, p. 213).

Com a concretização da divisão, o estado de Mato Grosso do Sul se destacava, no cenário sócio-econômico nacional como uma grande força política e econômica, pois na região dividida estava a maior parte da população que pertencia ao antigo estado e, ainda, por se situar, geograficamente, na divisa com estados de maior significado político.

Com uma economia baseada na agropecuária, veio diversificando suas atividades. O estado de Mato Grosso do Sul é uma nova fronteira, no panorama nacional, para o desenvolvimento da agricultura e do agro-negócio, pois sua posição geográfica estratégica o coloca como o potencial de distribuição das riquezas na América do Sul.

A economia do estado se desenvolveu, a partir da região sul, gradativamente reservando, cada vez mais, grandes áreas de plantio e derrubando mata para a prática da pecuária ostensiva, e, em pouco tempo, conseguiu se inserir no mercado exportador, tornando-se um dos grandes exportadores de soja, carne de boi, carne de frango e outros



insumos, fazendo sim que os produtores invistam em tecnologia e qualidade (FERNANDES, 2003, p.61).

Dividir Mato Grosso em dois estados foi uma decisão do governo militar, tomada em 1977 com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Na época, as discussões eram canalizadas na procura de obter uma melhor forma de administrar e desenvolver uma região tão extensa, diferenciada e estratégica. Já antes da divisão a região centro-sul de Mato Grosso, desenvolvia uma agricultura mais intensiva, pois, havia sido colonizada, há muito tempo, estava dividida em um número maior de propriedades, e apresentava crescimento econômico e social diferente do da região norte, dominada pela pecuária extensiva e o latifúndio. Na região sul houve, desde o final do séc. XIX, a chegada de muitos migrantes, vindos do Sul e do Sudeste do país.

O estado de Mato Grosso do Sul nasceu naturalmente da dualidade geográfica, histórica, administrativa e cultural existente nos primórdios do Estado de Mato Grosso, em que o norte e o sul, encontram seus próprios caminhos. ([http://www.iplan.ms.gov.br/indicadores\\_basicos/indibasicos.htm](http://www.iplan.ms.gov.br/indicadores_basicos/indibasicos.htm), consultado em 12 de março de 2005).

O novo estado foi criado em 11 de outubro de 1977, por meio da Lei Complementar nº 31, lei esta outorgada e promulgada pelo Presidente Ernesto Geisel. A instalação do governo teve início em 01 de janeiro de 1979, sendo seu primeiro governador, nomeado, Harry Amorim Costa.

Mato Grosso do Sul foi concebido como um estado que implantaria uma administração diferenciada, baseada na racionalidade e no planejamento participativo, e isso seria instrumentalizado com a departamentalização, na criação de fundações com poder de decisão e de execução (BITTAR, 1997, p. 264).

Mas este modelo implantado pelo primeiro governador nomeado Harry Amorim Costa, não correspondeu às expectativas políticas locais, pois nele se via um simples desejo do governo federal (Idem).

Outro fato importante é que a educação ganhou um impulso, sob a batuta de seu primeiro governador, por seguir as tendências inovadoras de administração pública, pois a nova administração que assumiu o governo do estado de Mato Grosso do Sul, em 1º de janeiro de 1979, deixou de lado a velha estrutura administrativa, implantando uma nova forma de dirigir o estado, dentro de uma visão mais técnica que política. Assim as secretarias foram substituídas por fundações, cujo objetivo era a participação efetiva não só dos funcionários como da população.

Suas potencialidades, no setor agropecuário, se baseavam nas boas condições das terras, ainda não cansadas, e ao enorme manancial hídrico, que faz parte do aquífero guarani, garantindo condições para o desenvolvimento a curto e médio prazo. Também, as fronteiras com a Bolívia e Paraguai, explicam a quantidade de cidadãos dos países vizinhos morando nessas terras, que influenciam e deixam suas marcas não só nos costumes como na gastronomia local.

Apoiado na tradição agropecuária, Mato Grosso do Sul foi o estado de maior crescimento econômico na Região Centro-Oeste. Devido às terras férteis e aos incentivos governamentais, o estado apresentou, entre 1990 e 1998, um rápido desenvolvimento econômico que atingiu taxas de crescimento muito maiores que as observadas no país, de acordo com o Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ([www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br), acessado em 25/01/2005).

Com a industrialização, que tem seu início a partir de 1990, verificou-se a falta de energia e este problema veio foi resolvido com a implementação do gasoduto Brasil-Bolívia e, a partir de 2000 foi dividido em atividades 3 termoelétricas e outras estão sendo projetadas, a fim de permitir maior crescimento e aproveitamento da riqueza naturais do estado.

Mato Grosso do Sul está dividido em 77 municípios, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, os municípios estão distribuídos em 11 microrregiões geográficas e 4 mesoregiões geográficas.

## 2.1 A Educação Superior em Mato Grosso do Sul

Pelos estudos existentes situamos o início da educação superior nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul deu seus primeiros passos na década de 1950, na cidade de Cuiabá. No setor privado, mediante a ação dos Salesianos, apenas em 1961, quando da instalação da FADAFI (Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras) com os cursos de Pedagogia e Letras (Histórico UCDB, 2003). De forma progressiva e atendendo as necessidades locais a Missão Salesiana ampliou a oferta de cursos como: Direito (1965), Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração (1970) e Serviço Social em 1972. Outros cursos de graduação, vinculados a FADAFI, continuaram surgindo, como cursos de História, Ciências Biológicas, Matemática, Geografia, Filosofia, Psicologia e Graduação de Professores (FERNANDES, 2003, p.99).

No antigo estado de Mato Grosso, encontramos a faculdade de Direito de Cuiabá, como o alicerce para a criação da Universidade Federal de Mato Grosso, tendo sido o primeiro estabelecimento de educação superior do estado. Fundada no governo Mário Corrêa da Costa, reconhecida pelo Decreto nº 934 de 28 de novembro de 1934, cessou suas atividades em 1937, em face do que estabelecia a Constituição do Estado Novo, que vedava a acumulação de cargos e funções públicas, acarretando ausência de docentes, que, em quase sua totalidade, eram membros do Ministério Público ou do Poder Judiciário, culminando com a extinção da Faculdade de Direito de Cuiabá. Renasce mais tarde, com fundamento da Lei Federal nº 604 e decreto nº 1.685 de 1953, funcionando entre 1954 e 1955, voltando a ser fechada pelo Decreto nº 38.230 de 1955. Nova reabertura, dessa vez autorizada foi pelo Decreto Federal nº 40.387/56 e reconhecida pelo Decreto Federal nº 47.339, de 3 de dezembro de 1957, vindo a ser federalizada no dia 30 de janeiro de 1961, sendo agregada à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso, em 10 de dezembro de 1970, juntamente com a faculdade de Ciências e Letras de Mato Grosso, Faculdade de Ciências Econômicas e o Instituto de Ciências e Letras de Cuiabá.

Entre as mais antigas instituições de educação superior, na região sul do estado de Mato Grosso, depois desmembrado, foi a UFMS, que teve como germe a criação da Faculdade de Farmácia e Odontologia, na Universidade Estadual de Mato Grosso - UEMT,

em Campo Grande 1962 (FERNANDES, 2003, p. 68). E mais tarde mediante a Lei Estadual nº 2.620 de 26 de julho de 1966, ainda no Mato Grosso único, foi instalado, o Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, no qual se agregava o curso de medicina.

Quando do projeto do MEC para a criação de uma universidade em Mato Grosso, em 1964, apareceram as diferenças políticas entre norte e sul do estado, ou mais especificamente entre Cuiabá e Campo Grande, cada uma querendo sediar a nova instituição, finalmente foi contemplada Cuiabá, como Capital do estado, ocorrendo a instalação definitiva da Universidade em 1969.

Em resposta à instalação da UFMT, os grupos políticos e as lideranças do sul promoveram uma ampla movimentação, conseguindo o funcionamento da Faculdade de Direito, em 1965, por parte da Missão Salesiana e logo em seguida, em 1969, a criação e instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso - UEMT, hoje UFMS, na cidade de Campo Grande, durante o governo de Pedro Pedrossian, político declaradamente sulista.

No ano de 1965, durante o governo Fernando Corrêa da Costa, o estado unificado foi apontado como líder em educação no Brasil, chegando ao ápice do estado investir 40% de sua arrecadação em educação (REVISTA ANAIS CIENTÍFICO, nº 97). No ano de 1967 foram criados, pelo governo do estado de Mato Grosso, dois institutos isolados de educação superior: o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá e o Instituto de Ciências Humanas e Letras de Três Lagoas.

A Universidade Estadual de Mato Grosso, foi consolidada por meio da Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, integrando os Institutos de Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas. Em 1970 foram criados os Centros Pedagógicos de Aquidauana e Dourados. A Lei 2947 autorizava também a criação de um curso de Agronomia, que passou a funcionar somente em 1978. Em abril de 1971, entram em funcionamento, no campus de Dourados, os cursos de Letras e Estudos Sociais. Estes foram os primeiros cursos da Universidade Estadual, na época, naquele campus. As licenciaturas plenas em Letras e História passaram a existir a partir de 1973, e em 1975, em Ciências Físicas e

Biológicas. No final da década de 1970, e nos anos de 1980, criaram-se, na UEMT, os cursos de graduação: Pedagogia Licenciatura Plena – 1979 em Corumbá e em 1982 em Dourados, o curso de geografia licenciatura Plena – 1983 e Bacharelado em 1989, Matemática Licenciatura Plena em 1987 e Ciências Contábeis Bacharelado em 1986 ([www.uemt.br/histórico](http://www.uemt.br/histórico), acessado em 28.01.2005).

Após a divisão do estado, verificamos que a situação da educação superior se modificou, pois a mais nova unidade da federação (1979) demonstrava carência em todos os setores educacionais, especificamente, quanto à educação superior. O novo estado passou a ter uma Universidade Federal, com a federalização da UEMT, uma faculdade integrada comunitária e uma instituição de educação superior particular (MECC/SEEC/INEP, 1986). A criação de uma estrutura de educação superior em Mato Grosso do Sul efetivou-se sob a influência de projetos políticos diferentes. As quatro universidades, que funcionaram até 2002, surgiram a partir de demandas distintas (FERNANDES, 2003, p. 68).

As Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, mantidas pela Missão Salesiana de Mato Grosso, solicitaram em 1989 sua transformação em universidade, sendo que em 1991 recebeu aprovação passando então à:

Fase de acompanhamento (exigência da época, sendo oficializada, com a nova denominação de Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, através da portaria do MEC de 27 de outubro de 1993. Essa transformação foi fruto de um longo trabalho realizado, desde 1961, pelos padres salesianos quando instalaram, em Campo Grande o Centro de Educação Superior do Estado de Mato Grosso, denominada “Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras – FADAFI, oferecendo inicialmente os cursos de Pedagogia e Letras (FERNANDES 2003, p.99).

A Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP, iniciou sua caminhada educacional como o Centro de Educação Superior de Campo Grande – CESUP, criado em 1974, constituindo-se no produto da evolução de um

conjunto de instituições educacionais tradicionais e da iniciativa de educadores do Estado, com o objetivo de integrar experiências, idéias e patrimônios, para atender às aspirações e às necessidades da população do estado de Mato Grosso do Sul, tendo como finalidade oferecer cursos voltados à área das Ciências Exatas e Tecnologia FERNANDES, 2003, p. 68).

Em 1979 o CESUP pediu credenciamento para tornar-se Universidade, sendo concedido o ato em dezembro de 1996 e denominando-se UNIDERP ([www.uniderp.br/história.htm](http://www.uniderp.br/história.htm), consultado em 18 de agosto de 2005).

Para consolidar a implantação de uma política educacional em nível superior, faltava, o que vinha acontecendo na maioria dos estados, a criação de uma Universidade Estadual. A Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul, aprovada em 13 de junho de 1979 previa a criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, fato este que veio se concretizar somente em 10 de maio de 1993 por meio do Decreto nº 7.202, na segunda gestão do Governador Pedro Pedrossian (FERNANDES, 2003, p.105).

A implantação da UEMS, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul estava prevista na Constituição Estadual de 1979, e ratificada pela constituição de 1989 conforme os termos do disposto no artigo 48 do Ato das Disposições Constitucionais de 1989. Mais foi instituída pela Lei nº 1461, de 20 de dezembro de 1993, com sede e foro na cidade de Dourados. Desde sua criação, tem como finalidade o atendimento às necessidades regionais, e com isso visava superar as desigualdades de acesso à educação superior, além de expandir o ensino, a pesquisa e a extensão para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado. A criação da UEMS tinha o compromisso com a educação básica do estado, oferecendo, na maior parte das cidades do interior, cursos de formação de docentes para o ensino fundamental e médio (Idem).

Os dados apresentados indicam que as universidades do estado foram criadas a partir de instituições de educação superior, que se haviam instalado nos anos sessenta e setenta, porém na década de 1990 se tornaram universidades, antes da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo credenciadas na década de 1990 duas

instituições privadas UCDB – privada comunitária e UNIDERP – privada empresarial e UEMS – e uma pública estadual. Conforme analisa Fernandes (2003, p.25):

Já na década de 1990 a expansão da educação superior é retomada expressando as necessidades políticas e econômicas de desenvolvimento nacional, bem como das demandas sociais por “canais de promoção social”. Essa expansão é caracterizada pela evidência das limitações do Estado como promotor do crescimento da oferta de vagas [...]; seria preciso compartilhar com a iniciativa privada o ônus da expansão.

O discurso do oferecimento de educação superior, como promotora de uma possível ascensão social é apresentada com mais intensidade, porque o capital assim o exige, e o estado não tinha condições de expandir o oferecimento de vagas, principalmente no interior do Brasil, deixando a tarefa para a iniciativa privada. Nessa tônica, Dourado (2001, p. 23), faz o seguinte comentário:

Garantia da ampliação das oportunidades educacionais, considerando para tal o incremento das matrículas (aceso), as modalidades em que se efetivam esse processo (criação de escola, expansão de vagas) e a interiorização como resultante dessas políticas adotadas cujo desdobramento tem implicado a descentralização da oferta de vagas e a criação de escola no interior dos Estados.

Em relação ao Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN, em Dourados, conseguiu seu credenciamento pós LDB de 1996, conforme argumentam Catani e Oliveira (2000, p. 66).

A expansão do ensino superior, segundo Paulo Renato Souza, deveria ocorrer através de “vários tipos de universidade” e de outros formatos institucionais que gozassem da autonomia para se dedicar exclusivamente ao ensino, podendo criar cursos e expandir vagas. Segundo o ministro, esse arranjo é fundamental para ampliar a liberdade de crescimento da oferta de vagas, pois, afinal, “a universidade é um mito” que “está restringindo a expansão da oferta e que, portanto, precisa ser superado no Brasil, uma vez que seria possível “expandir com qualidade” fora daquela instituição. Nesse sentido, como decorrência da flexibilização do sistema promovido pela LDB, os chamados

centros universitários, criados como uma nova modalidade de instituição voltada para o ensino de “excelência”, deveriam assumir essa tarefa. Além disso, forjaram-se também outros formatos institucionais (faculdades integradas, faculdades e institutos superiores ou escolas superiores) que poderiam contribuir para a expansão do ensino superior, disciplinados pelo Decreto nº 2.306/1967.

Nessa ótica compreende-se o favorecimento do governo federal no credenciamento dessas instituições.

A expansão e interiorização da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul se verifica, inicialmente, em cidades de grande porte e como mostra a tabela abaixo, seis cidades do estado concentram 54% da população, porém muitas cidades do interior são atendidas pelas instituições públicas. Efetivamente as universidades se estabelecem na capital do estado, sendo que as instituições públicas sofrem um processo de maior interiorização em relação às privadas.

**TABELA 4**

Número de campus universitários no estado de Mato Grosso do Sul

Cidade	Número de habitantes	Número de campus universitários			
		UFMS	UEMS	UCDB	UNIDERP
Campo Grande	665.206	1	1	1	1
Dourados	168.349	1	1	-	-
Corumbá	90.435	1	-	-	-
Três Lagoas	79.521	-	1	-	-
Ponta Porã	64.966	1	1	-	-

Fonte [www.ms.gov.br](http://www.ms.gov.br) - 2002

A Tabela 4 mostra a chegada da educação superior, no interior do estado levada a termo pelas universidades públicas e completada pelo surgimento de centros isolados ou faculdades, como pode ser verificado na tabela abaixo, onde nos preocupamos em colocar a data de implantação de cada faculdade.



**TABELA 5**

Faculdades Integradas do Estado de Mato Grosso do Sul e os respectivos anos de suas autorizações:

<b>Ano de Autorização</b>	<b>Faculdades Integradas</b>	<b>Cidade</b>
1980	Faculdades Integradas de Fátima do Sul - FIFASUL	Fátima do Sul
1986	Faculdades de Educação Ciências e Letras de Ponta Pontã - FECLEP	Ponta Porã
1987	Faculdades Integradas de Naviraí -FINAV	Naviraí
1988	Faculdades Integradas de Cassilândia - FIC	Cassilândia
1988	Faculdade de Ponta Porã – FAP	Ponta Porã
1988	Faculdade de Administração de Nova Andradina - FANA	Nova Andradina
1994	Faculdades Integradas de Rio Verde - FIRVE	Rio Verde de MS
1994	<u>Faculdades Integradas de Três Lagoas -AEMS</u>	Três Lagoas
1994	Faculdade de Campo Grande – FCG	Campo Grande
1995	Faculdade de Administração de Fátima do Sul - FAFS	Fátima do Sul
1995	Faculdade de Contábeis de Naviraí -FCINAV	Naviraí
1995	Faculdade de Ciências Contábeis de Ponta Porã -FCCPP	Ponta Porã
1996	Faculdades Integradas de Coxim - FICO	Coxim
1997	Faculdades Integradas de Ponta Porã -FIP	Ponta Porã
1998	Faculdade de Educação de Costa Rica - FECRA	Costa Rica
1998	Faculdade de Amambaí – FIAMA	Amambaí
1998	Faculdade de tecnologia de Ponta Porã -FATEP	Ponta Porã
1998	<u>Associação Novaandradinense de Educação e Cultura -ANAEC</u>	Nova Andradina
1998	Faculdades de Ciências Contábeis de Nova Andradina - FACINAN	Nova Andradina
1999	Faculdade Dourados – FAD	Dourados
1999	Instituto de Ensino Superior do Pantanal - IESPAN	Corumbá
2000	Faculdade Vale do Aporé – FAVA	Cassilândia
2000	Faculdade de Selvíria – FAZ	Selvíria
2000	Faculdade de Administração de Nova Andradina - FANOVA	Nova Andradina
2000	Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande	Campo Grande
2001	Faculdade de Turismo de Nova Andradina - FATUR	Nova Andradina
2001	Faculdade de Letras de Nova Andradina - FALENA	Nova Andradina
2002	Faculdade de Educação de Nova Andradina - FENA	Nova Andradina
2002	Faculdade de Administração de Chapadão do Sul - FACHASUL	Chapadão do Sul

Fonte: MEC – 2002

Em relação às Universidades, existentes em Mato Grosso do Sul, as instituições não universitárias, acima elencadas, representam 51,21% do atendimento da Educação Superior, e dessas 33,33% surgem antes da promulgação da LDB/96, no final da década de 1980 até meados de 1990 e as demais 66,66% surgem no final da década de 90 pós LDB/96 em pleno governo FHC.

A “era” FHC (1995-2002) constituiu-se período marcante como movimento expansionista e de reconfiguração do campo universitário brasileiro, assumindo feição nitidamente privada. Foi adotado o modelo de diversificação e diferenciação, em contraposição ao modelo único pautado na defesa da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão que vinha sendo constituído no país.

Desse modo, a materialização de tais políticas resultou na criação de formatos institucionais diferenciados, oferta de novos cursos pós-médios e ênfases em novas modalidades de educação, tais como educação a distância e educação profissional (DOURADO, 2001, p. 23).

Conforme analisa Dourado (2001, p. 24) essa expansão das faculdades privadas tem uma razão de ser: o resultado de oito anos desse governo foi a expansão acelerada do sistema, levando as IES privadas a responderem por mais de 70% das matrículas. Tal processo foi marcado, ainda, pela mercantilização da produção do trabalho acadêmico e da gestão das universidades públicas, e pela redução dos recursos dos fundos públicos para manutenção e desenvolvimento das universidades federais.

A educação superior no Brasil é um desafio que ainda precisa ser enfrentado, tendo em vista o baixo patamar de atendimento da população na faixa etária de 18 a 24 anos que, no caso brasileiro, não alcançou 12%, segundo diagnóstico do Plano Nacional de Educação -PNE (DOURADO, 2001,p. 23).

A tabela a seguir nos mostra essa realidade:

**TABELA 6**

Número de vagas oferecidas, candidatos e ingressos nas instituições de educação superior de Mato Grosso do Sul - 2000

INSTITUIÇÃO	VESTIBULAR OU OUTRO PROCESSO SELETIVO								
	TOTAL GERAL			UNIVERSIDADES			FAC. INTEGRADAS/CENTROS UNIVER.		
	VAGAS OFERECIDAS	CANDIDATOS INSCRITOS	INGRESSOS	VAGAS OFERECIDAS	CANDIDATOS INSCRITOS	INGRESSOS	VAGAS OFERECIDAS	CANDIDATOS INSCRITOS	INGRESSOS
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>102.819</b>	<b>351.637</b>	<b>84.441</b>	<b>53.797</b>	<b>263.230</b>	<b>47.450</b>	<b>49.062</b>	<b>98.407</b>	<b>36.901</b>
<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	18.319	62.244	15.380	10.423	51.505	9.870	7.896	10.739	5.510
<b>PUBLICA</b>	5.053	31.968	5.194	5.053	31.968	5.194	-	-	-
Federal	3.640	26.731	3.787	3.640	26.731	3.787	-	-	-
Estadual	1.413	5.237	1.407	1.413	5.237	1.407	-	-	-
<b>PRIVADA</b>	13.266	30.276	10.186	5.370	19.537	4.676	7.896	10.739	5.510
Particular	9.869	24.310	7.836	2.720	14.217	2.720	7.149	10.093	5.116
Com/Conf/Fil	3.397	5.966	2.350	2.650	5.320	1.956	-	-	-

Fonte: MEC/INEP - 2000

Mediante esta tabela podemos verificar o nível ou grau de exclusão a que são submetidos os aspirantes à educação superior no estado de Mato Grosso do Sul. Assim podemos sublinhar que:

- a) as instituições privadas oferecem mais vagas que as públicas;
- b) os candidatos inscritos procuram mais as instituições públicas;
- c) somente as públicas preenchem as vagas oferecidas;
- d) a relação candidato/vagas: nas universidades é de 4,9 e nas faculdades/centros é de 2,0;
- e) em MS a relação candidato/vaga é a mesma que no Centro-Oeste: 4,8 e nas faculdades /centros cai para 1,3.

Estes dados significam um claro sinal de descaso do poder público, embora tenham se implementado algumas políticas, durante o governo de Luis Inácio Lula da Silva (2002-2006) que pretendem solucionar este problema como o PROUNI – Programa Universidade para Todos<sup>2</sup>, esta medida acaba promovendo e estimulando o ensino superior privado dado que o governo federal, em troca de desoneração fiscal, compra vagas nestas instituições com o intuito de incluir mais alunos neste nível de ensino.

Mato Grosso do Sul representava em 2000 (17,9%) do total de matrículas na educação superior da região centro-oeste, não chegando a 1/4 da distribuição de vagas dos estados que compõem o centro-oeste. Em relação à população, MS representa (18%) da população total da região centro-oeste.

**TABELA 7**

Evolução dos estabelecimentos de educação superior, em Mato Grosso do Sul, de 1995 a 2002

ANO	TOTAL GERAL	UNIVERSIDADES				FACULDADES INTEGRADAS	ESTABELECIMENTOS ISOLADOS
		TOTAL	FEDERAL	ESTADUAL	PRIVADA	TOTAL	TOTAL
1995	19	02	01	-	01	04	13
1996	22	02	01	-	01	04	16
1997	21	04	01	01	02	08	09
1998	21	04	01	01	02	09	08
1999	30	04	01	01	02	08	18
2000	30	04	01	01	02	08	28
2001	33	04	01	01	02	06	23
2002	39	04	01	01	02	07	27

Fonte: MEC/INEP - 2002

<sup>2</sup> PROUNI -Programa Universidade para Todos, é o maior programa de bolsas de estudo da história da educação brasileira. Criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, possibilita o acesso de milhares de jovens de baixa renda à educação superior. Tem como finalidade conceder bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao Programa (MEC /INEP)

Pela tabela acima verificamos que houve aumento de instituições no setor privado, na ordem de 110 % sendo que no setor público só houve a implantação da UEMS.

Até o ano de 2000, no Estado de Mato Grosso do Sul houve uma disseminação de instituições de educação superior, tanto públicas quanto privadas, como da tabela abaixo.

### TABELA 8

Instituições de Educação superior: cidade, instituição e número de cursos oferecidos – Mato Grosso do Sul-2002

CIDADE	NOME DA INSTITUIÇÃO
<b>CAMPO GRANDE</b>	UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UCDB – Universidade Católica Dom Bosco UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul ISMEC – Inst. Mato Grosso do Sul de Educação E Cultura ICGES – Instituto Campo Grande de Educação superior FESCG – Faculdade Estácio de Sá de Campo Grande Faculdade de Campo Grande
<b>AMAMBAI</b>	Faculdade de Amabai UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>AQUIDAUANA</b>	IESA – Instituto de Educação superior de Aquidauana UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>BONITO</b>	IESF – Instituto de Educação superior da Funlec
<b>CASSILANDIA</b>	FIC – Faculdade Integrada de Cassilândia FAVA – Faculdade do Vale Aporé UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>CHAPADÃO DO SUL</b>	FACHASUL – Faculdade de Administração de Chapadão do Sul
<b>CORUMBÁ</b>	IESPAN – Instituto de Educação Superior do Pantanal UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>COSTA RICA</b>	FECRA – Faculdade de Educação de Costa Rica
<b>COXIM</b>	FICO – Faculdades Integradas de Coxim UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>DOURADOS</b>	UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul IESD – Instituto de Educação Superior de Dourados FAD – Faculdade de Dourado UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourado
<b>FÁTIMA DO SUL</b>	FAFS – Faculdade de Administração de Fátima do Sul FIFASUL – Faculdades Integradas de Fátima do Sul

<b>GLORIA DE DOURADOS</b>	UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>IVINHEMA</b>	UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>JARDIM</b>	UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>MARACAJU</b>	UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>MUNDO NOVO</b>	UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>NAVIRAÍ</b>	UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul FINAV – Faculdades Integradas de Naviraí FACINAN – Faculdades de Ciências Contábeis de Naviraí
<b>NOVA ANDRADINA</b>	ANAEC – Faculdade de Pedagogia FALENA _ Faculdade de Letras de Nova Andradina FANOVA – Faculdade de Administração de Nova Andradina FACINAN – Faculdade de Ciências Contábeis de Nova Andradina FANA – Faculdade de Administração de Nova Andradina FENA – Faculdade de Educação de Nova Andradina FATUR – Faculdade de Turismo de Nova Andradina UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul
<b>PARANAÍBA</b>	UEMS – Universidade. Estadual de Mato Grosso do Sul UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul FIPAR – Faculdade Integrada de Paranaíba
<b>PONTA PORÁ</b>	FCCPP – Faculdade de Ciências Contábeis de Ponta Porá FIP – Faculdades Integradas de Ponta Porá FATEP – Faculdade de Tecnologia de Ponta Porá FECLEP – Faculdade de Educação Ciência e Letras de P.Porá FAP _ Faculdade de Ciências Administrativas de Ponta Porá UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
<b>RIO VERDE DE MATO GROSSO</b>	FIRVE – Faculdade Integradas de Rio Verde UNIDERP – Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal
<b>SÃO GABRIEL DO OESTE</b>	UCDB – Universidade Católica Dom Bosco
<b>SELVIRIA</b>	FAS - Faculdade de Selvíria
<b>TRÊS LAGOAS</b>	UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul AEMS _ Faculdades Integradas de três Lagoa

Fonte: MEC/INEP – 2002

Podemos observar na tabela 8: a UEMS está presente em 12 cidades das 24 levantadas, a UFMS em 7 cidades, A UNIDERP e a UCDB em 2. Além disso encontramos: 06 institutos 26 faculdades.

Ainda analisando os dados da tabela 7, queremos reportar as observações de Bittar, Silva e Veloso quando afirmam que:

Que é possível caracterizar o processo de expansão e interiorização do educação superior em Mato Grosso do Sul, sob quatro perspectivas: a) movimento de abertura de novos campi ou unidades de ensino por instituições públicas ou privadas já consolidadas em suas sedes (seja na capital ou no interior); b) movimento das universidades públicas de “prolongamento“ de atividades temporárias, como cursos de graduação , em convênio com prefeituras visando oferecimento de “turmas especiais”; c) movimento de atração de pessoas do interior do estado para aproveitar os cursos modulares; d) movimento de “ocupação do território” desencadeado tanto pela iniciativa pública, como pela iniciativa privada, como estratégia para conquistar espaços e atrair alunos, mas com recursos de fontes alternativas” (BITTAR, SILVA, VELOSO, 2003, Série Estudos nº 16, P. ).

Com relação ao crescimento da educação superior no estado, consideramos que apesar de significativo, nos remete às críticas levantadas por Sguissardi quando aponta:

Para a impossibilidade de cumprimento ao Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01) que estabeleceu como meta número 1, “prover até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos” e, como meta número 2, “ampliar a oferta de ensino (superior) público de modo a assegurar uma proporção nunca inferior a 40% do total de vagas, prevendo inclusive a parceria da União com os Estados na criação de novos estabelecimentos de educação superior” (SGUISSARDI, 2002, p. 32).

O autor esclarece que a Presidência da República vetou a meta número 2, fixada no Plano Nacional de Educação, demonstrando que a orientação das políticas públicas de educação e de educação superior não previa investimentos da União no o sistema de educação; e lembra ainda que a permanência da desigualdade social produto da concentração de renda, torna idealizada a meta número 1 (SGUISSARDI, 2002).

Na verdade, segundo o autor, os estudos universitários são oferecidos por meio de cursos sequenciais, de curta duração, tecnológicos e ultimamente os cursos à distância na tentativa de diminuir o custo da educação superior, mas sem que o poder público faça um investimento qualitativo e quantitativo na educação superior ou mesmo adote uma política

“agressiva” de redistribuição de renda no país, a meta de igualdade de acesso na educação superior não será cumprida.

Em contrapartida, e para satisfazer uma exigência legal, a administração estadual desencadeou um processo de debate para elaborar e promulgar um Plano Estadual de Educação (2000) para o estado de Mato Grosso do Sul, integrado a uma nova proposta de desenvolvimento, no qual define as linhas de atuação da educação superior, visando compatibilizar o crescimento econômico com a inclusão social, oferecendo oportunidades, especialmente através da UEMS (Plano Estadual de Educação de MS, 2003).

Para isso no programa elaborado, se configuram ações de políticas públicas que possam atingir a um maior número de jovens aptos para cursar a educação superior, como a defesa da terceirização, parceria escola-empresa, cooperativas de ensino, convênios e contratos de prestação de serviços.

Com a análise dos dados apresentados, verifica-se que a expansão e interiorização da educação superior no estado de Mato Grosso do Sul, da mesma forma que acontece em nível nacional, se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento e integração econômica das cidades interioranas, processo este que muitas vezes não depende das aspirações populares, mas de desejos e pactos político-eleitorais e articulações empresarias (DOURADO, 2001, p. 26)

Realizamos até o presente momento uma breve descrição da educação superior de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de como aconteceu sua implantação e sua expansão, com foco tanto no setor público quanto no setor privado e terminamos estas linhas com a análise de Dourado et alii (2003, p.24) quando afirma que:

[...] Em que pese a expansão ocorrida, o acesso à educação superior no Brasil, e de tabela em Mato Grosso do Sul, é um desafio que ainda precisa ser enfrentado, tendo em vista o baixo patamar de atendimento da população na faixa etária de 18 a 24 anos que não alcançou 12%, segundo diagnóstico do Plano Nacional de Educação”.



A análise, realizada até aqui, servirá de base para a o estudo, no próximo capítulo, no qual pretendemos discutir a implantação da educação superior em Corumbá.

## **CAPITULO II**

# **A IMPLANTAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CORUMBÁ**

Neste capítulo analisamos o processo de implantação da educação superior em Corumbá - MS, sem, porém, isolar esse fato do contexto histórico, político e educacional em âmbito nacional, tão importante para se entender a complexidade deste nível da educação.

### ***1 CORUMBÁ: Geografia e História***

O município de Corumbá acha-se localizado na região do pantanal sul-mato-grossense, integrando a bacia do Paraguai e limita-se com os municípios de Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço, Santo Antonio de Leveger e Itaquira no Estado de Mato Grosso, Miranda, Aquidauna, Anastácio, Porto Murtinho, Coxim, Rio Verde de Mato Grosso e Ladário no estado de Mato Grosso do Sul, além de fazer divisa internacional com as repúblicas da Bolívia e do Paraguai (AGÊNCIA 21, 2004, p. 5).

A palavra Corumbá é de origem tupi e em língua ameríndia significa lugar de cascalho, isolado, sertão, porém a palavra sem o acento agudo (Corumbá) significa o homem ingênuo do interior em Goiás designa um afluente do rio Paraíba.

A cidade de Corumbá foi planejada pelo Império Português por ocupar uma posição geográfica estratégica, sendo uma porta de entrada para as águas do Rio Paraguai. Sua relevância militar levou à construção, em 1775, do Forte Coimbra.

Oficialmente a cidade foi fundada no dia 21 de setembro de 1778, a mando do então Capitão General da Capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Porém, existem registros de que o atual município de Corumbá foi explorado pela primeira vez em 1524, pelo português Aleixo Garcia, a procura de ouro na região então conhecida como mar ou lagoa dos Xarayes ([www.corumba.com.br/historico.html](http://www.corumba.com.br/historico.html)).

A partir de 1856, o porto de Corumbá tornou-se um grande centro econômico. Embarcações de várias partes do mundo passaram a atracar com suas mercadorias em Corumbá. Com o estabelecimento de grandes comerciantes e companhias de navegação, a zona portuária floresceu (Idem).

Durante a guerra do Paraguai, a cidade foi invadida e destruída, tendo sido recuperada pelos brasileiros em 13 de junho de 1867. Com o fim da guerra e a retomada do comércio, a região voltou a crescer. Com a virada do século, Corumbá destacou-se entre as cidades mais importantes do antigo Mato Grosso, O progresso econômico traz a 14ª agência do Banco do Brasil, instalou na cidade em 1914.

Até a década de 1940 Corumbá cresceu pelo fato que se havia constituído num centro integrador e de passagem obrigatória para outras regiões do estado, mas com a chegada da estrada de ferro em 1949 começou a sua decadência, até pelo surgimento de outros centros, como Campo Grande que pela proximidade a outros estados e pela sua posição geográfica estratégica se tornou o novo pólo de desenvolvimento. Assim conheceu a sua decadência e seu isolamento.

Em 11 de outubro de 1977 foi criado o estado de Mato Grosso do Sul. Com o declínio das atividades comerciais industriais, a pecuária tornou-se a principal atividade econômica de Corumbá. Este período marcou o início do turismo de pesca, uma atividade

que terá grande impacto na revitalização da região portuária, quando seu casario começou a ser ocupado por escritórios que irão atuar no turismo pesqueiro.

Em meado de 1980, a pavimentação da BR 262, única via terrestre que liga a cidade ao resto do estado e do Brasil, contribui para um novo ciclo de desenvolvimento.

Nem a abertura da ferrovia que ligava a cidade com São Paulo, que chegou em 1912 na beira do rio Paraguai, no vilarejo de Porto Esperança, onde os passageiros tomavam o navio vapor para Corumbá, viagem que demorava cerca de doze horas, e nem a chegada da primeira locomotiva na cidade de Corumbá em 1952, como a abertura de uma estrada asfaltada em 1996, ajudaram Corumbá a se manter nas glórias de sua economia. Pois a abertura de estradas para Cuiabá, fez de Campo Grande não só um ponto vital de trânsito, como uma lugar de fácil acesso e de ligação entre o sul e o norte do país, deixando Corumbá uma região cada vez mais isolada.

A cidade de Corumbá foi planejada pelo engenheiro Almirante Joaquim Raimundo Delamare. O município considerado o pólo geoeconômico do Pantanal, é formado por seis distritos (Albuquerque, Amolar, Coimbra, Nhecolândia, Paiaguás e Porto Esperança), e sua área total é de 62.561 Km<sup>2</sup>, equivalente a 18% do estado de Mato Grosso do Sul e de 37 % do Pantanal. Ao norte faz fronteira com o estado de Mato Grosso; ao sul Porto Murtinho; a Leste Bodoquena, Miranda, Aquidauna, Rio Verde de Mato Grosso, Coxim e Pedro Gomes; a oeste as Repúblicas da Bolívia e do Paraguai (AGÊNCIA 21, 2004, p 18).

Localizada as margens do rio Paraguai, é ligada à capital pela estrada BR 262 (aproximadamente 420 Km.), enquanto através da rodovia Ramón Gomes (6 km) é interligada com a Bolívia, permitindo o acesso pavimentado a Puerto Quijarro (7 Km.), Puerto Suarez (16 km.) e Santa Cruz de La Sierra (625 Km.)

A estrutura fundiária de Corumbá é baseada na grande propriedade. A implantação de assentamentos rurais em Corumbá, a partir de meados da década de 1980, insere no contexto da economia local a pequena propriedade.

De acordo com o Censo 2000 do IBGE, a população do município de Corumbá era de 95.071 habitantes e sua densidade demográfica de 1,56 hab/km<sup>2</sup>. A maior parte da população estava concentrada na área urbana. A tabela a seguir nos mostra a evolução demográfica do município.

### TABELA 9

Evolução da população (número de habitantes): 1940 - 2000

<b>ANO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>
1940	29.521	17.462	12.059
1950	38.734	24.336	14.398
1960	59.556	38.841	20.715
1970	81.887	51.146	30.741
1980	81.145	67.563	13.582
1991	88.411	76.660	11.751
1996	89.093	76.302	12.781
2000	95.701	86.144	9.557

Fonte: IBGE Censo 2000

A tabela nos mostra que, apesar das crises econômicas enfrentadas pela cidade e estagnação econômica, a população teve seu maior crescimento de 1960 a 1970 e de 1996 a 2000, esse fato obedece a vários fatores: famílias de baixa renda com grande número de filhos, instalação de cinco assentamentos rurais, sendo que muitos dos assentados abandonavam a terra e voltavam a engrossar a população urbana. Os dados da tabela mostram uma diminuição drástica da população rural nas décadas de 1970 e 1980, por causa das grandes enchentes, decréscimo populacional, que chega ao seu ápice em 2000.

**TABELA 10**

Distribuição da população residente por faixa etária e sexo em 2000

FAIXA ETÁRIA	Masc. %	Fem. %	População %
00 – 04	5,9	5,6	11,5
05 – 09	5,8	5,5	11,3
10 – 14	5,6	5,3	10,9
15 – 19	5,6	5,3	10,9
20 – 29	8,6	8,6	17,2
30 – 39	7,0	7,2	14,2
40 – 49	4,9	5,1	10,0
50 – 59	3,3	3,5	6,8
> 60	3,5	3,7	7,2
TOTAL	50,2	49,8	100,0

Fonte: IBGE Censo 2000

A tabela mostra que 38,1% da população de Corumbá, exatamente 36.462 habitantes, situa-se entre a faixa etária de 15 a 29 anos, ou seja, dentro desse total de mais de 36 mil jovens se encontram entre os que potencialmente podem ocupar as vagas das instituições de educação superior existentes na localidade. Ainda mais que encontramos 43,2% da população, quase metade da população, entre os 15 e os 40 anos, uma população jovem e, em potencial, para prosseguir seus estudos em nível superior. Na última década do século XX tivemos um incremento da população estudantil, de qualquer idade, especialmente com o oferecimento dos cursos de curta duração a nível de ensino médio, que provocou uma avalanche de formandos com uma conseqüente demanda de vagas no educação superior.

De 1980 a 1990 Corumbá, segundo o relatório da agência 21 (2004, p. 28) experimentou o aprofundamento do ciclo de crise econômica que a cidade vivia desde meados dos anos 1970, ao mesmo tempo em que a sociedade local se organizava em torno de possíveis alternativas sócio-econômicas. Assim, os fatos marcantes do declínio foram representados pelo fechamento da siderurgia, da cervejaria corumbaense e do moinho de trigo.

Aliada a esses fatores ocorria a crise da pecuária, que durante as enchentes, causadas pelo assoreamento dos rios da região, provocou alagamentos e diminuição da área de pastagens. Presenciou-se ainda a decadência da ferrovia, que além de promover o isolamento da cidade provocou a diminuição de pessoas e mercadorias.

Para acentuar a crise, a cidade sofreu um processo de “urbanização fora da época”, pois devido aos recorrentes alagamentos do rio Paraguai, a população ribeirinha migrou para a cidade, fixando-se em loteamentos sem infra-estrutura, mudança demográfica essa agravada pelo fluxo de cidadãos bolivianos para a cidade, provocando uma miscigenação étnica e econômica (Agência 21. 2004, p.36)

A década de 1990 não foi muito diferente em Corumbá, pois se viu aumentar a atuação do Estado, na área social, para amenizar a crise. Um fato alentador foi o aumento da extração de minério por outro lado a implantação de uma zona franca no lado boliviano passou a fazer concorrência com o comércio local.

Na década de 1990 a 2000 a cidade de Corumbá enfrentou um dilema sério, como preservar o ambiente e impulsionar programas de desenvolvimento sustentável. Há uma resistência recorrente das organizações não governamentais da área ambiental, que possuem uma capacidade política de pressão nacional e internacional capaz de inviabilizar programas que possam utilizar, de forma sustentável, os recursos naturais da região pantaneira.

Corumbá em 2002 se apresentava como a terceira maior cidade do Estado de Mato Grosso do Sul, superada apenas pelas cidades de Campo Grande e Dourados, e contando no ano 2002 com 100 mil habitantes (sendo 80 mil na zona urbana e 20 mil na zona rural) (AGÊNCIA 21, P.36).

## **2 A IMPLANTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL**

Para entendermos a dinâmica da implantação da educação superior, nessa região, é necessário que situemo-nos dentro de um contexto político social que se inicia ainda no estado de Mato Grosso.

A primeira experiência da educação superior no estado de Mato Grosso verificou-se com a Faculdade de Direito de Cuiabá, criada em 1934 por Palmiro Pimenta e um grupo de bacharéis em Direito, a mesma foi homologada através do Decreto Lei No 87 de 04/12/1936, sendo que se teve várias etapas de funcionamento: a primeira se estendeu de 1930 a 1934, esta experiência teve seu fim decretado pelo presidente Getúlio Vargas, que alegou acúmulo de carga horária por parte da maioria dos professores. Posteriormente, a mesma faculdade, foi autorizada a funcionar de 1954 a 1955, sendo que essa segunda tentativa foi fechada pelo Decreto nº 2.248, de 07 de novembro de 1955, do MEC. Só se falaria em educação superior mais tarde, em 1970, quando foi oficialmente autorizado o funcionamento da UEMT. (Lei Estadual nº 2.947, de 16.09.1969).

O surgimento da Universidade Estadual de Mato Grosso foi antes um fato real de que legal, originou-se nas discussões da Associação Médica de Campo Grande, a mais antiga assembléia de classe, de cunho cultural, científico-profissional, então existente, pelos idos de 1955 (MAYMONE, 1989, p. 25).

No ano de 1962, em Campo Grande, houve uma intensa publicidade para a criação de uma faculdade de Farmácia e Odontologia. Finalmente em 30 de outubro de 1962 o poder executivo enviou uma mensagem à Assembléia legislativa aprovando a criação, mediante da Lei 1755 de 9 de novembro, da Faculdade de Odontologia e farmácia de Campo Grande. Pela Portaria 33/63 de 1º de fevereiro de 1963, criou-se um grupo de trabalho para instalação da mesma . Após as providências, finalmente, em 8 de julho de 1964 a faculdade se tornou uma realidade, formando sua primeira turma em dezembro de 1968.

A universidade brasileira, no transcorrer da década de 1960, sofreu profundas transformações, decorrentes das mudanças econômicas, provocando a renovação estrutural do ensino, mediante a Lei 4024/61, ao acentuado crescimento populacional, junto ao



incremento dos meios de transportes e de comunicações, e a tomada de posse do poder dos militares no golpe de março de 1964.

A educação era uma bandeira política muito utilizada, pois verificamos que em 1965 o então governador (Pedro Pedrossian), investiu 40% da arrecadação do estado em educação. Contudo, até 1961, só havia faculdade em Cuiabá, capital de Mato Grosso. Surgindo, no mesmo ano, a FADAFI no sul do estado (Campo Grande). Iniciava-se a luta pela instituição de educação superior pública entre o norte e o sul do estado, haja vista que até então havia apenas ensino superior privado. As conversações sobre a implantação de uma universidade pública em Mato Grosso começaram em 1964. Campo Grande, como líder da educação no estado, lutava pela colocação da sede no sul; Cuiabá, capital do estado, por outro lado, advogava a tese de capital de estado, como o local mais apropriado a sediar uma universidade pública federal (Bittar, 2003, p.13)

Este debate travado no estado se dava no âmbito do governo ditatorial, que sofria influência da nova ordem social e econômica, e buscava a ampliação de novas formas de acumulação, a partir de um maior controle sobre as classes sociais, de maneira a naturalizar a direção adotada pelo Estado – capital transnacional, neutralizando o embate entre as classes sociais.

Na educação, o controle do aparato educacional e sua transformação em canal de divulgação da ideologia do golpe, se efetiva a partir da implantação do programa MEC-USAID. A influência americana, camuflada de assistência técnica, contribuiu para a desnacionalização das questões educacionais.

Os defensores do regime militar conseguiram, junto aos órgãos reguladores, medidas e regulamentos que legitimassem a expansão da educação superior, como nos descreve Fonseca:

A expansão da educação superior foi um desdobramento natural da reforma universitária e uma conseqüência da política do Estado para a educação. A expansão fazia-se necessária para dar suporte aos projetos de desenvolvimento traçados pelo Estado e para atender à demanda reprimida por mais

vagas nesse nível de ensino. A reforma universitária legitimou a presença do ensino particular ao estruturar a educação superior brasileiro sob forma jurídica de autarquia, fundação ou associação. (FONSECA, 1992, p. 102)

O movimento privatista ganhava impulsão na expansão do educação superior, a partir de três frentes básicas no período pós-64: a expansão de matrículas nas faculdades e universidades públicas – expansão com contenção; o estabelecimento pelo poder público de incentivos e subvenções às faculdades e universidades particulares (através do crédito educativo, isenção de impostos, bolsas); a implementação de fundações educacionais (CUNHA, 1989).

A política do governo militar buscava formas de desobrigar o Estado em sua participação econômica - financeira para garantir o ensino público, fornecendo as condições, sob forma de incentivos, à iniciativa privada, dando início a uma nova estruturação da educação superior: o ensino empresarial.

A este propósito, assim Martins (1991, p. 56) se expressa:

[...] a produção de uma política educacional que sinalizava favorevolmente à entrada na educação superior da iniciativa privada, de corte empresarial, até então concentrada no ensino secundário, tornou possível e viável a participação desse segmento no campo acadêmico. Um dos impactos do aparecimento desse novo parceiro no campo das instituições de ensino de terceiro grau foi o de exercer um efeito complicador na própria estruturação desse campo, que até então, era estruturado, fundamentalmente, pela participação de estabelecimentos universitários públicos e confessionais, criados num momento anterior ao surto expansionista.

Nessa citação de Martins destaca o ponto de partida para a expansão da educação superior no setor privado, que se fazia presente com poucas unidades sendo a maioria delas de cunho confessional,

Esse movimento, de implantação e crescimento de instituições de ensino superior, atingiu também o estado de Mato Grosso, que analisaremos a seguir.

Falar da educação superior em Mato Grosso representava, segundo as publicações da mesma UFMT (anais), uma história de muitos momentos contrastantes, pois desde sua implantação a nova instituição, para poder iniciar suas atividades, recebeu 20 professores da Faculdade de Direito e outros 130 vindos do Centro de Ciências e Letras de Cuiabá.

Integrando os institutos de Campo Grande, Corumbá e Três lagoas, a Lei Estadual nº 2.947, de 16 de setembro de 1969, criou a Universidade Estadual de Mato Grosso – UEMT. Pouco depois, com a Lei Estadual nº 2.972, de 2 de janeiro de 1970, foram criados e incorporados à UEMT os Centros Pedagógicos de Corumbá, Três Lagoas e Dourados.

Assim, a exemplo de Campo Grande, em Corumbá, as forças comunitárias e políticas acionaram dispositivos, no sentido de se dotar a Cidade Branca<sup>3</sup>, - até o momento maior fonte arrecadadora de Mato Grosso-, do seu centro de estudos superiores. Segundo Coelho (1977, p. 36) a idéia da criação de uma faculdade em Corumbá era antiga, porém não se tinha notícia de um movimento reivindicatório que pressionasse os políticos nesse sentido, até a década de 1960.

Em 1963, na festa de formatura dos concluintes do Curso Técnico de Contabilidade de Corumbá, surgiu a idéia da criação de uma Faculdade de Direito, que refletia as aspirações dos concluintes, alegando ser impossível para eles o prosseguimento dos seus estudos em cursos superiores, principalmente os carentes, nos grandes centros do país, a realização dos seus sonhos juvenis.

Com a criação do Instituto de Ciências Biológicas de Campo Grande, pelo decreto 2629, de 26/08/66, essa cidade passava a contar com a sua primeira casa de educação superior, suscitando, destarte, a movimentação das lideranças corumbaenses em prol da faculdade. Com isso, o Estado dotaria a sua terceira cidade de estabelecimento de educação superior, já que Cuiabá contava com a sua faculdade de Direito.

---

<sup>3</sup> Corumbá: Em língua tupi-guarani, Corumbá significa "lugar distante". Ela é denominada cidade branca por causa das jazidas de cal existentes na região e por suas ruas não asfaltadas serem cobertas por esse calcário branco.

O movimento reivindicatório eclodiu no governo do Dr. Pedro Pedrossian (1966-1971), que havia, em sua campanha, desfraldado a bandeira do “desenvolvimento planejado”, ensejando aos jovens a melhor hora de obter uma escola superior. Assim sendo, surgiram as primeiras manifestações em favor da instalação de uma faculdade de Engenharia, talvez por terem surgido movimentos idênticos em Cuiabá e em Campo Grande, nesse sentido. Faixas e cartazes alusivos ao pedido enfeitavam as ruas da cidade, quando de uma visita do Governador para os festejos de 13 de junho de 1967, retomada de Corumbá (CORRÊA, 1975, p. 6).

Nessa mesma ocasião, reuniram-se com o Governador Pedro Pedrossian o seu Secretário de Educação, Professor Wilson Rodrigues, o líder do Governo na Assembléia Legislativa, Deputado José Ferreira de Freitas, o Prefeito Dr. Breno Medeiros Guimarães, o Promotor Público, Dr. Cácio da Costa Marques, o Secretário de Educação do Município, Dr. Lécio Gomes de Souza, a Delegada Regional de Ensino, Profa. Eubea Senna de Almeida, o diretor do Colégio Salesiano de Santa Teresa, Pe. Benjamim Pádoa, o Defensor Público, Dr. Fadel Tajher Iunes, o Dr. Salomão Baruki, e o Dr. Moisés dos Reis Amaral, quando foi discutida a viabilidade da instalação de uma faculdade em Corumbá, posto que o fato constituía um compromisso de honra feito durante a sua campanha política pela então candidato a Governador Dr. Pedro Pedrossian (OLÁ VIZINHO, 1968, p 8).

Aproveitando de toda essa movimentação o Deputado José Ferreira de Freitas, apresentou projeto de criação da Faculdade de Filosofia de Corumbá, tendo obtido do Governador o compromisso de sancioná-lo logo que fosse aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado.

Como nos relata Coelho (1977, p. 8) a legislação federal existente vetava, a apresentação de projetos, no Poder Legislativo, que implicassem em aumento de despesas ou criação de cargos. Por este motivo, alguns deputados, de maior tirocínio político, valiam-se da Súmula nº. 5 do Supremo Tribunal Federal, que preceituava que “A sanção do projeto supre a falta de iniciativa do Poder Executivo (Súmula da Jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal” – Rio de Janeiro, 1977).

Foi o que aconteceu de fato a 13 de novembro de 1967, mediante Decreto nº 402, do governo Estadual, complementando o projeto do então deputado estadual Dr. José Ferreira de Freitas. Ainda por intermédio do parlamentar a 27 de dezembro do mesmo ano, o Conselho Estadual de educação concedeu a autorização para a instalação do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá – ISPC – com os cursos de Ciências, História, Letras, Pedagogia e Psicologia, e foi reconhecido pelo Conselho Federal mediante Decreto nº 72.838, de 25 de setembro de 1973.

Assim, os jornais da época falavam sobre a instalação do educação superior de Corumbá: no Jornal Folha da Tarde, em sua edição de 4 de setembro de 1967 estampava em sua primeira página a notícia “Assembléia aprova Faculdade de Filosofia”.

Na edição, do mesmo jornal, do dia 11 de setembro, reportava que:

O Governador Pedro Pedrossian deverá assinar, nesta cidade, no dia 21 do corrente, Decreto Executivo criando uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letra neste município.

No jornal de 1º de novembro de 1967, encontramos, na capa, a seguinte matéria:

Notícias procedentes da capital do estado indicam que foi aprovado, em 2ª discussão, tomando o nº 1120 o projeto de Decreto Legislativo, de autoria do deputado José de Freitas que cria o Instituto Superior de pedagogia de Corumbá, com autonomia didático-administrativa. Como se sabe as atuais faculdades de Campo Grande e de Cuiabá foram encampadas por institutos. Temos, assim, em todo o estado 3 institutos. O de Corumbá terá cursos básicos de pedagogia, psicologia, história e letras. O Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá é um estágio superior da faculdade de Filosofia aqui criado a 21 de setembro último, que terá a competência de ministrar cursos de graduação profissional superior nas áreas de ciências humanas e letras, desenvolver programas de investigação científica, formar professores, coordenar o planejamento regional de aplicação da ciência e da tecnologia às necessidades sócio econômicas da região.

Como podemos notar esta notícia denota que além da importância da implantação da educação superior se projetava uma nova fase de desenvolvimento para a cidade, com o futuro desenvolvimento de investigação científica e aplicação e tecnologia na região.

Na edição do dia 22 de novembro de 1967, o mesmo diário assim se refere ao Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá - ISPC:

Com decreto legislativo de autoria do Deputado José de Freitas, e do Executivo, baixado nos últimos dias, ficou definitivamente criado o Instituto Superior de Pedagogia em Corumbá. Com absoluto record, conseguiu o deputado corumbaense elevar a faculdade de filosofia criada a 21.9.67, mesmo antes de entrar em funcionamento, equiparando Corumbá às cidades de Campo Grande e Cuiabá, que também já têm seus institutos. Basta, agora, que o Conselho Superior de Educação Estadual aprecie a matéria e autorize seu funcionamento. [...] O Instituto apresenta graduação superior à Faculdade, no seu aspecto de autonomia administrativa e mesmo didática, com maior elasticidade, para os cursos. O contentamento estudantil principalmente, tem sido grande e muito tem sido cumprimentado o parlamentar representante da Cidade Branca. Com o terceiro instituto, mais fácil será a instalação da Universidade de Mato Grosso – sonho velho dos estudiosos.

Nessa reportagem frisava-se o aspecto de autonomia administrativa da nova instituição, tema que ainda nos dias de hoje está em debate, e principalmente vislumbra a implantação da universidade no estado de Mato Grosso.

Na edição do dia 2 de dezembro de 1967, o jornal Folha da Tarde, publicou uma entrevista com o Deputado José Ferreira de Freitas na qual, falando sobre o ISPC, afirma:

Foi aprovado pela Assembléia Legislativa e entramos em contato com S. Ex<sup>a</sup>. o Sr. Governador do Estado e ele baixou no dia 13 de novembro, o Decreto nº. 402 criando efetivamente o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá com verba própria para sua instalação, em fim um órgão superior com maior autonomia didático-administrativa e que nos permitirá, inicialmente, funcionando a Faculdade de Educação, teremos, no futuro, outros cursos....Foi votada a verba de 200 mil cruzeiros novos para a instalação e aquisição de livros para a formação da biblioteca.

A euforia, antes mesmo da implantação, era grande e refletida nos meios de comunicação escrita e ainda se projetava a implantação de outros cursos antes mesmo de iniciar os aprovados

Designado pela Portaria nº. 304/1967, do governador do estado, um grupo de trabalho, composto por pessoas<sup>4</sup> de projeção da sociedade corumbaense, todos possuíam curso superior cursado em outras localidades, reúne-se em 22 de dezembro, com o objetivo de fundar o I.S.P.C Em seguida, por aclamação, foram eleitos os membros, Dr. Lécio Gomes de Souza e Pe. Benjamin Pádoa para presidente e vice-presidente, respectivamente, do Conselho Diretor do Instituto, sendo indicado o Dr. Salomão Baruki<sup>5</sup> para a Direção Executiva, ficando encarregado da elaboração do estatuto e do Regimento Interno uma comissão integrada pelos conselheiros Pe. Benjamin Pádoa, Dr. Moisés dos Reis Amaral, Dr. Cácio da Costa Marques e Pe. Urbano de Almeida (COELHO, 1977, p. 4).

A opção pela Faculdade de Filosofia deveu-se ao fato da quase inexistência de professores licenciados em curso superior na área de Educação, para atender a demanda no Ensino Ginásial e Colegial. Pois, para atuar no Ensino Primário recebia, anualmente, professoras normalistas providas do Ginásio e Escola Normal "Imaculada Conceição" e da Escola Normal "Maria Leite", há várias décadas funcionando em Corumbá (COELHO, 1977, p. 6).

Nos cursos ginásial e colegial ministravam aulas profissionais liberais, religiosas, e concluintes dos cursos secundários do segundo ciclo, vários deles aperfeiçoados pela CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, que, diga-se de passagem, só veio instalar-se em Corumbá em 1967. Havia, portanto, sobejas razões, para a criação de uma faculdade de educação que preparasse a base para a instalação de futuros

---

<sup>4</sup> A comissão estava conformada pelos senhores: Dr. Lécio Gomes de Souza, Dr. Luiz Pedro Ametla, Dr. Salomão Baruki, Dr. Cleto Leite de Barros, Dr. Moisés dos Reis Amaral, Dr. Cácio da Costa Marques, Dr. Fadel Tajher Yunes, Pe. Benjamin Pádoa, Pe. Urbano de Almeida, Prof<sup>a</sup>. Edy Assis de Barros Amaral, e Prof<sup>a</sup> Ana de Figueiredo Barreto, os quais elegem como presidente o Dr. Lécio Gomes de Souza, por ser o mais idoso dos presentes.

<sup>5</sup> Salomão Baruki, diretor executivo da primeira instituição de educação superior de Corumbá, médico, pertencente a uma tradicional família de comerciantes, depois de quase 30 anos será o fundador, juntamente com outros membros da família, e primeiro diretor do IESPAN em 1999.

cursos, e que, segundo o Plano Integrado de Desenvolvimento da Universidade Estadual de Mato Grosso (1970), pretendia transformar-se em centro universitário - o que viria apenas ratificar uma situação de fato (Idem).

Cumprida a etapa das formalidades, adquirindo o ISPC – Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá- personalidade jurídica com o ato governamental, uma vez elaborado o Estatuto e de Regimento Interno da nova instituição, foram tomadas as providências para a sua efetiva implantação, porquanto era propósito dos dirigentes fazê-lo funcionar, no início do ano letivo de 1968, surgindo, destarte, que se arregassem as mangas, a fim de ser cumprido aquele mister. (Ata nº.1 da implantação do ISPC, 1968).

Assim é que, no dia 5 de janeiro de 1968, reuniu-se o Conselho Diretor para tratar da realização de um curso preparatório aos exames vestibulares, tendo sido escolhidos os seguintes professores: Pe. Pedro Ferreira, Prof<sup>a</sup>. Ana de Figueiredo Barreto, Pe. Urbano de Almeida, Prof<sup>a</sup>. Edy Assis de Barros Amaral, Dr.Paulo Dorsa, Dr. Gilson de Albuquerque, Prof. Djalma de Sampaio Brasil e Prof. Alexandrino dos Santos Mauro. No dia 15 de janeiro, deu-se início ao curso de preparação com as disciplinas: Português, Inglês, Francês, História, Geografia, Lógica e Psicologia, com a presença de oitenta alunos (COELHO, 1977 p. 8).

No dia 1º de fevereiro de 1968, ocorre a instalação solene do instituto, com a presença do Governador Pedro Pedrossian, do Secretário de Educação e Cultura do Estado, Prof. Oscar da Costa Ribeiro e autoridades civis, militares e eclesiásticas, tendo discursado, na ocasião, os senhores: Salomão Baruki, Oscar da Costa Ribeiro e o Governador Pedro Pedrossian.

Em 16 do mesmo mês, iniciaram-se os exames vestibulares, com a prova de Português, em que compareceram cento e oito alunos. No dia 28 foram proclamados os resultados dos exames, nos quais foram aprovados 62 dos 90 alunos, que lograram chegar até a ultima prova de Conhecimentos Gerais, realizada no dia 20. Diante de pedidos insistentes por parte dos alunos, o Conselho Diretor reuniu-se, a 4 de março, para deliberar sobre a realização da segunda chamada para os exames vestibulares, os quais, realizam-se



nos dias 12,13 e 14 de março, sendo aprovados mais 20 candidatos, perfazendo um total de 83 alunas, dos quais apenas 75 matricularam-se (ATA N° 06, 1968).

A aula inaugural realizou-se no dia 1° de abril de 1968, foi proferida pelo poeta conterrâneo Dr. Alceste de Castro, que abordou o tema "Poetas Matogrossenses". Iniciadas as aulas, começou a vida acadêmica e, logicamente, a política estudantil. Assim que, em 30 de março, reuniram-se os alunos, convocados pela Direção, a fim de tratar da fundação do seu diretório acadêmico. Após sucessivas reuniões preparatórias, sendo escolhido para o presidente provisório Euro Nunes Varanis, finalmente realiza-se uma reunião oficial, da qual lavrou-se a Ata N° 1, no dia 20 de abril.

No dia 6 de maio, decorridos, portanto, os 15 dias, se reúnem, novamente, os acadêmicos, para discussão e aprovação do estatuto, cuja Comissão, por proposta do acadêmico Walmir Coelho, sugeriu o nome para a agremiação: Diretório Acadêmico "Dom Aquino Corrêa"<sup>6</sup> o qual foi aprovado juntamente com o projeto do estatuto (Ata do diretório acadêmico n°. 02, 1968). Somente em 25 de setembro, após marchas e contramarchas, conseguiu-se a realização da primeira eleição para a diretoria efetiva do DADAC.

Quando da elaboração do regimento interno da nova instituição de ensino superior, percebe-se uma preocupação em homenagear os que colaboraram para a implantação do instituto. Assim sendo, no artigo 87 do Regimento Interno do ISPC considerou como fundadores os que participaram do evento, quer como políticos militantes à época da fundação, quer como integrantes do Conselho Diretor e da Diretoria Executiva da Instituição. Todavia, por dever de justiça, consoante provas constantes das fontes consultadas, não se pode deixar de registrar a intervenção da Professora Eubéa Senna de Almeida que, participou dos trabalhos de preparação dos documentos indispensáveis à autorização do funcionamento pelo Conselho Estadual de Educação, ao lado do professor José Ferreira de Freitas e demais membros da comissão encarregada da elaboração do estatuto da instituição.

---

<sup>6</sup> **Francisco de Aquino Corrêa**, conhecido por Dom Aquino, foi Arcebispo de Cuiabá e governante de Mato Grosso. Nasceu em Cuiabá, MT, em 2 de abril de 1885, e faleceu em São Paulo, SP, em 22 de março de 1956. Poeta e escritor, foi o primeiro matogrossense a pertencer à Academia Brasileira de Letras. Foi também um dos principais incentivadores à fundação da Academia Matogrossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

Prova disso é a transcrição fiel do Art. 87, do Regimento Interno do ISPC, aprovado em 22 de novembro de 1968, fazendo referência especial para os fundadores da instituição:

Art.87 - São considerados fundadores do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, o Governador Dr. Pedro Pedrossian, Prof. Oscar da Costa Ribeiro, Deputado José Ferreira de Freitas, os Conselheiros Dr. Lécio Gomes de Souza, Dr. Cleto Leite de Barros, Dr. Salomão Baruki, Luiz Pedro da Silva Ametla, Pe. Benjamim Pádoa, Prof<sup>a</sup> Edy Assis de Barros Amaral, e os respectivos Suplentes, Dr. Cácio da Costa Marques, Fadel Tahjer Iunes, Dr. Moisés dos Reis Amaral, Pe. Urbano de Almeida e Prof<sup>a</sup> Ana Figueiredo Barreto (REGIMENTO INTERNODO ISPC, 1968)

Após todos os trabalhos realizados pela instalação e o início das atividades acadêmicas, surgem as primeiras dificuldades administrativas. O estado experimentou uma crise financeira e as verbas para a manutenção do estabelecimento de ensino atrasavam consideravelmente. Em vista disso, o Conselho Diretor, se reuniu no dia 30 de maio de 1968, decorridos apenas três meses do início das atividades desse ano letivo, e resolveu, por unanimidade "entregar o Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá ao Sr. Secretário de educação dada a impossibilidade do prosseguimento de suas atividades por falta de verba", registra, o Livro de Ocorrências. O fato foi comunicado ao Secretário de Educação e ao Governador do Estado, tendo sido sanada a dificuldade (COELHO,1977, p. 10)

Com a escassez de recursos e sentindo a necessidade da formação de sua biblioteca, os alunos assumiam a responsabilidade de uma campanha para aquisição de livros, a qual, já sensibilizando a comunidade, obteve grande sucesso, sendo adquiridos os primeiros volumes. Isso demonstrou ausência do Estado, na manutenção do instituto, e a manobra, mais política que educacional, na implantação da educação superior em Corumbá.

Prova disso é a notícia encontrada na edição nº. 2.931 de 30 de dezembro de 1968, do Jornal Folha da Tarde, que assim descreve:

O ISPC encerrou o seu primeiro ano letivo com 56 acadêmicos concluindo o primeiro ano básico e, sendo que 84 candidatos fizeram o primeiro vestibular dos quais 82 se matricularam. Já com o Regimento Interno aprovado o ISPC tem a sua biblioteca em fase de implantação, contando com mais de 2000 volumes, muitos doados pelo povo corumbaense.

Mediante este documento podemos notar claramente que a implantação da instituição de ensino superior, não veio acompanhada do suporte financeiro necessário para sua estruturação, deixando à sociedade a incumbência de suprir as deficiências do Estado.

A implantação da instituição de ensino superior não foi fácil, pois, como ressalta a Revista Dimensão (1975), entre as tantas dificuldades encontradas pela direção foi o fato de não haver na cidade nenhum professor formado em Pedagogia. Situação esta preocupante dado que se estava dando início às atividades da instituição com a implementação dos cursos: Pedagogia, Letras, Psicologia e História.

Entretanto o causídico corumbaense Normandis Cardoso, que se havia formado como pedagogo, na cidade paulista de Lorena, local em que tinha conhecido e se tornado amigo do Prof<sup>o</sup> Leonides Justiniano, estava visitando a Cidade de Corumbá na época. Foi convidado a ministrar aulas, por seu antigo amigo, que o apresentou ao Dr. Salomão Baruki, então Diretor-Executivo do ISPC. Assim, Cardoso se tornou o primeiro Pedagogo a integrar o Corpo Docente da instituição tendo, desde então, até sua aposentadoria (1998), prestado inestimáveis serviços à causa da educação superior, na cidade e no Estado, como colaborador na elaboração dos currículos, orientador de atividades didáticas, inclusive na indicação de professores de outros centros culturais do país, além da idealização e realização da I Semana mato-grossense de Estudos Pedagógicos, que pontificou como o principal acontecimento cultural desta última década em nossa cidade (CORRÊA, 1977, p.14).

Corrêa (1977, p. 15) descreve, em seu folheto, outras dificuldades que se sucederam com as constantes faltas de energia elétrica, no prédio do Grupo Escolar Luiz de Albuquerque, na Praça da República, onde funcionava o ISPC. “Nos anos subsequentes, o

Dr. Salomão Baruki dirigia-se às escolas de 2º Grau, à Televisão e outros meios de comunicação para motivar os novos candidatos ao ingresso no ISPC, esclarecendo sobre os cursos oferecidos e programados para o futuro, as oportunidades do mercado de trabalho, etc. Isto diante da iminência de falta de alunos para a continuidade dos planos da instituição, quer pela supervalorização dos cursos tradicionais de Medicina, Odontologia, Engenharia e Direito, que extraíam o alunado para os grandes centros culturais do País, quer pelo desinteresse reinante pela profissão do magistério, bastante desvalorizado na época, mais que agora, pela sociedade local”.

Nesse relato de Corrêa, mais uma vez, se evidencia, que a implantação da educação superior, em Corumbá, não foi precedida de uma pesquisa sobre a real necessidade de quais cursos serviriam a região e mesmo o quantitativo de jovens necessitando de curso superior, provando que o ISPC foi mais uma obra política de que uma demanda da sociedade local.

Os cursos, já no início do 2º ano de atividades do instituto, dividiam-se nas suas diversas especialidades, agravando o problema da contratação de professores, inexistentes na região, o que levava o Diretor Executivo a enviar emissários a São Paulo, Porto Alegre e outros centros, a fim de convidar docentes de universidades do sul do País, que se dispusessem a transferir seus domicílios para Corumbá e aceitar as condições oferecidas pela instituição (Revista Dimensão,1975).

Quando da Implementação da Universidade Estadual de Mato Grosso, com sede em Cuiabá, em 1969, os institutos isolados de Corumbá, Campo Grande, Dourados e Três Lagos, foram incorporados na nova instituição passando a denominar-se centros pedagógicos. Nesse sentido o Centro Pedagógico de Corumbá - CPC, além dos cursos de graduação atendia a comunidade mediante cursos de formação profissional, seminário ciclos de palestras e debates. Expandiu seus limites além do município tendo entre seus estudantes jovens de outros municípios e estados, como jovens bolivianos.

Funcionado dentro de uma normalidade aceitável, nos Anais Científicos (nº 97, 1997), encontramos uma ação importante desenvolvida pelo CPC, a partir de 1972,

integrando e realizando um antigo projeto em estudo no CFE – CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, a UEMT – Universidade Estadual de Mato Grosso - aceita o desafio de ministrar Licenciaturas parceladas de curta duração, através dos seus centros pedagógicos: Corumbá, Aquidauna, Três Lagoas e Dourados – projeto esse destinado a ministrar curso de formação de professores durante as férias escolares nas cidades de Rondonópolis, Coxim, Paranaíba e Ponta Porá.

O Centro Pedagógico de Corumbá desenvolveu no município de Rondonópolis três Licenciaturas de Curta Duração: Letras, Estudos Sociais e Ciências, sendo as duas primeiras executadas em três fases, com 1.200 horas de duração, e a última em quatro fases com 1.500 horas de duração. Iniciou-se a primeira fase no dia 18 de junho de 1973 até 8 de agosto de 1973, sendo a segunda e terceira fase nos meses de dezembro de 1974, janeiro e fevereiro de 1975 e a quarta fase em julho de 1975.

Essa ação corresponde ao papel que cabe à universidade na formação de recursos humanos, vinha atender a necessidade provocada pela Lei 5.962/71, que com a obrigatoriedade do ensino de 8 anos, tinha provocado um aumento de número de alunos, sem ter os profissionais qualificados. Assim o Prof. Newton Sucupira que numa reunião de Secretários de Educação dizia:

Os níveis iniciais de ensino não podem progredir sem o concurso da educação superior, e a Universidade, por sua vez, faltaria a uma das missões essenciais, tornando-se uma instituição omissa, se recusasse a participar ativamente no processo de renovação e desenvolvimento da educação e, conseqüentemente, da sociedade a que ele pertence” (ALVES, 1973, 136).

Daí a preocupação inicial da implantação dos cursos de formação de professores, na cidade de Corumbá, pois a universidade devia se constituir o pólo irradiador para as unidades escolares, não e tão somente formando os profissionais que nelas trabalhavam, como no acompanhamento e na reciclagem dos trabalhadores em educação.

Após quatro anos de funcionamento encontramos dados que nos permitem verificar a evolução dos cursos implantados e suas respectivas matrículas no período de 1968-1974, que apresentamos na tabela abaixo.

### TABELA 11

Relação, por curso, de alunos matriculados e concluintes no CPC entres os anos de 1968 e 1974.

CURSO	ANO	MATRICULAS	ANO	CONCLUINTES	%	EVADIDOS	%
PEDAGOGIA	1968	16	1971	08	50%	08	50%
	1969	23	1972	17	<b>66%</b>	06	34%
	1970	40	1973	21	<b>51%</b>	19	49%
	1971	47	1974	14	26%	33	<b>74%</b>
	1972	26	1975	11	42%	15	<b>58%</b>
	1973	33	1975	09	23%	24	<b>77%</b>
	1974	45	1977	20	41%	25	<b>59%</b>
PSICOLOGIA	1968	25	1971	13	<b>54%</b>	12	46%
	1969	15	1972	10	<b>66%</b>	05	34%
	1970	30	1973	09	27%	21	<b>73%</b>
	1971	14	1974	01	06%	13	<b>94%</b>
	1972	17	1975	-	-	17	<b>100%</b>
	1973	20	1975	-	-	20	<b>100%</b>
	1974	21	1977	10	44%	11	<b>56%</b>
HISTÓRIA	1968	19	1971	11	<b>57%</b>	07	43%
	1969	11	1972	04	48%	07	<b>62%</b>
	1970	08	1973	03	43%	05	<b>57%</b>
	1971	12	1974	06	50%	06	<b>50%</b>
	1972	19	1975	02	12%	17	<b>88%</b>
	1973	32	1975	01	07%	31	<b>93%</b>
	1974	23	1977	10	39%	13	<b>51%</b>
LETRAS	1968	20	1971	09	43%	11	<b>57%</b>
	1969	17	1972	04	23%	13	<b>77%</b>
	1970	25	1973	06	31%	19	<b>69%</b>
	1971	31	1974	09	28%	22	<b>72%</b>
	1972	16	1975	03	24%	13	<b>76%</b>
	1973	25	1975	06	32%	19	<b>68%</b>
	1974	19	1977	05	36%	14	<b>64%</b>
CIÊNCIAS	1970	35	1972	09	38%	26	<b>62%</b>
	1971	22	1973	07	31%	15	<b>69%</b>
	1972	32	1974	10	29%	22	<b>71%</b>
	1973	59	1975	13	24%	46	<b>76%</b>
	1974	50	1976	05	10%	45	<b>90%</b>

Fonte: Secretaria DA UFMS- CAMPUS CORUMBÁ- 2005

Ao analisarmos os dados correspondentes ao período acima citado, podemos comentar que:

- no primeiro ano de funcionamento (1968), somente o curso de ciência iniciou com o número de acadêmicos igual às vagas oferecidas;
- na primeira formatura, em 1971, os concluintes apresentaram os seguintes números: pedagogia 50%, psicologia 54%, história 57%, letras 43%;
- de 1968 a 1974 observamos uma predominância de desistentes em todos os cursos.

Na consulta aos documentos arquivados na secretaria da instituição encontramos o Decreto CFE 72.838, de 1973, reconhecendo o Centro Pedagógico de Corumbá. O ano de 1974 foi um marco de uma nova era para a região do pantanal com a criação do PRODEPAN (Programa de Desenvolvimento do Pantanal) pelo Governo Federal, o qual definiu Corumbá como pólo prioritário para os projetos nas áreas de transportes, da energia, da indústria e da pecuária.

Como conseqüência, resultado da integração, comunidade-universidade, essa nova fase do município logo produziu reflexos marcantes sobre a unidade universitária de Corumbá. No ano de 1975, os cursos regulares de licenciatura de Pedagogia, Letras, Estudos Sociais e Psicologia, como mais tarde os de graduação em ciências contábeis e em Administração de empresas tiveram todas suas vagas preenchidas no concurso vestibular (DIMENSÃO nº5/77).

Em 1976, em colaboração com Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste – SUDECO, descortinando novos rumos, e atendendo à realidade local instala, mediante rígida seleção o curso de Tecnólogo em Administração Rural, de dois anos de duração, que, ministrado pelo Centro de Corumbá e vendo a formatura de somente 4 dos 18 candidatos iniciais foi logo extinto.

Em 1978 foram autorizados os seguintes cursos: Ciência Contábeis, que iniciou com 15 alunos e Administração, que iniciou com 20 alunos. Em 1982 foi autorizado curso de

Psicologia – Formação de Psicólogo. Em 1986 foram autorizados os seguintes cursos: Licenciatura em Geografia que iniciou com 30 inscritos, curso de Licenciatura em Matemática com 20 alunos, curso de Bacharel em Ciências Biológicas com 21 alunos (Secretaria do CPC). A lei 6.674 de 1979 cria a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e o CPC passou a denominar-se Centro Universitário de Corumbá, sendo que, no mesmo ano, foram autorizados a funcionar os cursos de Matemática e Biologia.

Fazendo uma análise da evolução dos cursos da instituição pública, sediada em Corumbá, apresentamos as tabelas a seguir.

**TABELA 12**

Comparativo de expansão de vagas / inscritos por área de conhecimento no campus de Corumbá - UFMS :1988 - 2001

ANO	ÁREA DE CONHECIMENTOS						Relação Candidato / Vaga		
	Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS		Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET		Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCHS				
	Nº Vagas	Nº Inscritos	Nº Vagas	Nº Inscritos	Nº Vagas	Nº Inscritos	CBS	CET	CHS
1988	35	-	15	-	210	-	-	-	-
1999	60	210	60	147	205	606	3,5	2,5	3,0
2000	70	273	70	250	215	810	3,9	3,6	3,8
2001	70	438	70	293	215	1203	6,25	4,18	5,59

Fonte: Secretaria UFMS- CAMPUS CORUMBA- 2005 .

Como podemos observar na Tabela 12, em 1988 a instituição oferecia o total de 260 vagas sendo que 81% na área de ciências humanas onde eram oferecidos os cursos de administração de empresas, ciências contábeis, estudos sociais, história, português e pedagogia, ou seja, continua a tendência de sua implantação a de formar profissionais que atendessem a área educacional e de administração, ou seja nessa região sempre se investiu em curso de menor custo.



O restante das vagas se distribui entre o curso de psicologia e os cursos de exatas. No ano de 1999 observa-se uma ligeira diminuição nas vagas oferecidas em Ciências Humanas e Sociais, mas apesar disso o índice de procura (relação candidato/vaga) chega a três. O maior aumento verificou-se na área de Ciências Biológicas e da Saúde onde a relação candidato / vaga praticamente dobrou.

Em geral houve uma manutenção do número de vagas oferecidas, mas notou-se um aumento na procura; com efeito, no período houve um aumento de 60,43% no CCBS, de 45% no CCET e de 100% no CCHS.

Observa-se pelos dados obtidos na secretária da instituição que houve, no geral, um aumento de alunos, de 1990 a 2000, os que permanecem na instituição até o final do curso como podemos verificar na tabela abaixo.

### TABELA 13

Número total de alunos em cada curso da UFMS- Campus Pantanal: 1990-2000

ANO	HISTÓRIA	PSICOLOGIA	GEOGRAFIA	MATEMÁTICA	LETRAS	C..BIOLÓGIA	C. CONTÁBEIS	ADMINISTRAÇÃO	PEDAGOGIA	TOTAL
1990	<b>92</b>	<b>53</b>	<b>64</b>	<b>53</b>	<b>109</b>	<b>63</b>	150	154	146	884
1991	107	61	78	82	121	76	175	176	142	1016
1992	89	57	49	79	95	64	178	169	115	895
1993	106	29	50	79	98	61	181	183	139	924
1994	105	46	67	73	99	84	178	178	217	1042
1995	103	69	74	79	99	95	186	190	143	1038
1996	109	99	98	97	103	103	190	183	152	1125
1997	116	132	117	112	111	113	193	200	149	1244
1998	134	136	116	123	123	121	198	195	145	1291
1999	139	159	121	110	131	115	215	212	155	1357
2000	137	164	130	121	130	115	221	224	175	1417

Fonte: UFMS- Campus Pantanal - 2000

Essa tabela mostra que, de 1990 a 2000, houve um aumento, na ordem de 71,6%, no total de alunos matriculados na instituição, ou seja, a universidade estava sendo alvo de procura por parte de mais acadêmicos, fato esse que marca a preocupação dos jovens para a conclusão de um curso superior, pressionados pelas novas regras do mercado de trabalho, cuja exigência para ingresso, especialmente no setor público, é a de possuir um curso superior.

Em 2001 o total das vagas oferecidas no vestibular, era de 355, distribuídas em sete cursos (Administração, Ciências Contábeis, Ciências com habilitação em Biologia, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia e Psicologia com habilitação em formação de Psicólogo), significando um aumento de quase 45%, no período de 1988 a 2001, enquanto que a procura de vagas cresceu 103,4%.

Constatamos que a partir das fontes analisadas, após uma euforia inicial na implantação da educação superior, em Corumbá, desejada por membros da comunidade que consideravam que os estudantes não tinham condições financeiras de estudar longe da cidade natal, os que seriam atendidos por uma iniciativa política, a UFMS – Campus Pantanal veio se firmando, ampliando o número de cursos oferecidos e conseguindo um leve aumento de vaga.

Assim foi a chegada da instituição de ensino superior público na região, uma chegada para atender a um fim específico, ao de formar profissionais da educação para as numerosas escolas existentes e implantando, mais tarde cursos diferenciados.

A partir desse movimento iremos analisar a o íter seguido pela outra instituição de educação superior que veio se instalar na região.

### **3 A IMPLANTAÇÃO DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO PANTANAL.**

De 1967 até o ano de 1999, o município de Corumbá, contava com uma única instituição de ensino superior, a UFMS – Campus Pantanal – oferecendo cursos, como temos explicitado neste trabalho, vinham sendo procurados por mais e mais acadêmicos. Até 1994 conforme as fontes documentais da pesquisa, não se detectara, nenhum movimento social que procurara a implantação de outra instituição.

Até que a tradicional família Baruki, composta por muito membros, na maioria educadores, donos de uma escola de Educação infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, por iniciativa do Dr. Salomão Baruki, um dos fundadores do CPC – Centro Pedagógico de Corumbá, sendo por muitos anos seu Diretor, auxiliado pelas Prof<sup>as</sup>. Terezinha Baruki, Ligia Maria Baruki e Melo, Regina Baruki, professoras por muito tempo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal, iniciaram um processo que visava a criação de uma instituição de educação superior privada.

Deste modo, em 1994 foi criado na cidade de Corumbá a associação que daria as condições para a implantação de tal instituição:

A AESPAN – Associação de Educação Superior do Pantanal, entidade fundada em 12/04/1994 se constituiu como uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, de caráter educativo, técnico e cultural, que tem por finalidade o ensino em seus vários graus, principalmente a Educação superior e dentro dos princípios da moral cristã e da consciência do povo brasileiro” (ATA DE FUNDAÇÃO, 1994).

Na mesma data, ficou decidido, por unanimidade, que a AESPAN<sup>7</sup> – Associação de Educação superior do Pantanal - seria a mantenedora do Instituto de Educação superior do Pantanal – IESPAN, a ser instalado futuramente.

O seu Estatuto foi publicado no Diário Oficial de Mato Grosso do Sul n.º 3.784, página 40, de 10/05/1994 e registrado no livro “A” n.º 2, de Registro de Pessoas Jurídicas,

---

<sup>7</sup> A primeira Diretoria da AESPAN, eleita no dia 13/04/94, pelo prazo de 4 (quatro) anos, ficou assim constituída: Diretor – Presidente: Salomão Baruki,. Diretora – Tesoureiro: Terezinha Baruki e. Diretor – Secretário: Wilson Ferreira de Melo

sob número de ordem 410, às folhas 133, do Cartório Jair Serra – 4º Ofício, datado de 16/05/94. Inicialmente, a AESPAN encaminhou ao Conselho Federal de Educação, em 01/06/94, 01/06/1994, Carta Consulta pedindo autorização de funcionamento de 4(quatro) Cursos Superiores:

- Ciências Jurídicas (Direito)
- Turismo
- Administração – Comércio Exterior
- Ciências Econômicas

Não obtendo êxito essa primeira tentativa, somente dois anos depois, a AESPAN encaminhou para o MEC, em 27/05/1996, 7 (sete) projetos de Cursos Superiores, a seguir: Ciências Jurídicas, Tecnologia em processamento de Dados, Ciências Econômicas, Educação Física, Zootecnia, Administração, Comércio Exterior e Turismo.

Em 1997 o Conselho Nacional de Educação, deu decisão favorável ao prosseguimento do processo de Autorização do Curso de ZOOTECCNIA, TURISMO e CIÊNCIAS ECONÔMICAS, sendo que logo em seguida a instituição solicitou ao diretor do SESU-MEC, a nomeação de uma Comissão de Verificação, para fins de Autorização de Funcionamento dos seguintes Cursos Superiores, em Corumbá-MS: Zootecnia, Ciências Econômicas e Turismo.

Apesar de todos esses movimentos e gestões junto ao MEC, a AESPAN procurou na sociedade local parcerias para poder levar a efeito suas intenções, assim celebrou convênios como: em 1997, solicitou ao chefe Geral da EMBRAPA – PANTANAL, da possibilidade de um convênio de cooperação técnica, para apoio em laboratórios, biblioteca, estações experimentais e meios de transporte, a fim de viabilizar o Curso Superior de Zootecnia. Ainda no mês de outubro de 1997, a AESPAN solicitou ao Gerente do Banco do Brasil em Corumbá, e ao Presidente do Sindicato Rural de Corumbá, uma parceria, afim de realizar projetos de construção e implementação para as variadas áreas da Zootecnia.

Essa busca de parcerias foi uma constante na gestão dessa nova instituição de ensino superior, tanto que, no ano de 1998, foram assinados mais dois convênios tendo em vista a implantação do curso de turismo: convênio de intercâmbio cultural-técnico-científico com a SEMATUR, visando a formação de profissionais qualificados para exercerem suas funções em todos os tipos de Turismo na Região Pantaneira. Além do convênio com a Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, para utilização do ILA – Instituto Luiz de Albuquerque, para partilhar da vida, das atividades e do crescimento daquela Casa de Cultura, principalmente no que diz respeito ao Curso de Turismo.

Ainda no mês de abril de 1998<sup>8</sup>, foi solicitada, ao Prefeito Municipal de Corumbá, a indispensável participação do Centro de Zoonose do Município de Corumbá visando a formação de profissionais qualificados para exercerem suas funções na área de Zootecnia.

Com a posse da nova diretoria em 1998, foi definitivamente instalado o Instituto de Educação superior do Pantanal – IESPAN, por decisão unânime dos associados da AESPAN, em reunião de Assembléia Geral Extraordinária.

Dos pedidos e solicitações de instalações de cursos encaminhados para o MEC, finalmente no ano de 1998, a instituição recebeu três comissões avaliadoras: no mês maio, chegou a Comissão Verificadora do Curso de Zootecnia nomeada pela Portaria n.º 340 SESu-MEC que, com base nas observações realizadas, manifestou-se favorável a Autorização do Curso de Zootecnia. Em junho, foi a vez das Comissões Verificadoras do Curso de Ciências Econômicas e do Curso de Turismo, sendo que ambas concluíram manifestando-se favoráveis à instalação dos cursos pretendidos.

Logo da visita das comissões, a instituição iniciou suas atividades após a publicação no Diário Oficial da União, nº. 143-E, Seção 1, página 2, de 29/07/1998, da Portaria n.º 788, de 27/07/1998, do Sr. Paulo Renato de Souza, Ministro de Estado da Educação e do Desporto, autorizando o funcionamento do Curso de Zootecnia, a ser

---

<sup>8</sup> Em 09 de abril de 1998, em Assembléia Geral Extraordinária, foi eleita a nova Diretoria da AESPAN, com mandato de 4 (quatro) anos, que ficou assim constituída: Presidente: Salomão Baruki; Diretora – Secretária: Lígia Maria Baruki e Mello; Diretora – Tesoureira: Terezinha Baruki. Na mesma data, foram incluídos dois novos sócios, aceitos por unanimidade: Vera Lígia de Souza Baruki e Laís Adriana de Souza Baruki

ministrado pelo IESPAN, mantido pela Associação de Educação Superior do Pantanal, com sede na cidade de Corumbá/MS. Imediatamente os dirigentes da nova instituição de ensino superior tomaram as providências para a realização do Concurso Vestibular, nomeando para tal uma Comissão Coordenadora para que planejasse, organizasse e executasse o Processo Seletivo de Ingresso nos Cursos de Graduação do IESPAN-1999, sendo que seus membros teriam o prazo até o dia 10/02/1999, para encerrar seus trabalhos, data esta, do Resultado Final do Processo Seletivo.

Ainda não tinha cessado o êxito da aprovação do primeiro curso, quando, quatro meses mais tarde, o DOU n.º 210-E, Seção 1, página 02, de 03/11/1998, publicou a Portaria n.º 1218, de 30/10/98, do Sr. Paulo Renato de Souza, Ministro de Estado da Educação e Desporto, autorizando o funcionamento do Curso de Turismo. E em 18/01/1999, foi publicada a Portaria n.º 94, de 14/01/99, autorizando o funcionamento do Curso de Ciências Econômicas, Bacharelado, com 80 (oitenta) vagas totais anuais, distribuídas em duas turmas de 40 (quarenta) alunos, no turno noturno.

Com três cursos aprovados, a direção do Instituto se preocupou em assinar com a FAPEC - Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura, de Campo Grande, Contrato de Prestação de Serviços com vistas a sistematizar a realização do Processo Seletivo de ingresso aos cursos de graduação oferecidos pelo IESPAN.

Todo o esforço da implantação dessa unidade de ensino superior foi devidamente comemorado e apresentado para a sociedade no dia 07/12/1998, na sede social do Corumbaense Futebol Clube, quando se realizou o ato solene de lançamento dos Cursos Superiores de Zootecnia, Turismo e Ciências Econômicas e posse do Conselho Superior do IESPAN<sup>9</sup>. Prestigiaram evento um elevado número de convidados, representantes de entidades profissionais, culturais, recreativas e assistenciais da comunidade Corumbaense. Este ato significou um evento cultural e social importante na cidade ganhando um espaço considerável na imprensa local.

---

<sup>9</sup> Para compor o Conselho Superior os seguintes membros: Representantes da Comunidade: Alfredo Fernandes – Presidente da Associação Comercial de Corumbá, Luiz Alberto Victório – Presidente do sindicato Rural de Corumbá. Representantes da Mantedora: Lígia Maria Baruki Melo e Maria Auxiliadora Cestari Baruki Neves (Em Portaria n.º 003 – IESPAN, de 07 de dezembro de 1998)

O trabalho de preparação para o início das atividades, teve como primeira etapa o encerramento, no dia 20/01/1999, das inscrições para o primeiro processo seletivo de ingresso nos cursos de Graduação do IESPAN/1999, sendo que nos dias 30 e 31/01/1999, foram realizadas as provas, sob a coordenação da FAPEC – Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura, com sede em Campo Grande/UFMS, com a presença de 184 (cento e oitenta e quatro) candidatos inscritos, distribuídos nos seguintes cursos e cidade de origem dos candidatos, conforme mostra a Tabela 14:

**TABELA 14**

Número de inscritos no concurso por curso e por cidade de origem dos candidatos – 1999

CURSOS	CORUMBÁ	CAMPO GRANDE	CUIABÁ	DOURADOS	TOTAL	VAGAS
TURISMO	78	04	07	05	94	80
CIÊNCIAS ECONOMICAS	52	01	02	01	56	80
ZOOTECNIA	23	00	08	03	34	50
TOTAL	153	05	17	09	184	210

Fonte: Secretaria do IESPAN - 1999

Como podemos observar, no primeiro vestibular, realizado pela instituição, observamos que:

- o curso de turismo apresentou um número de candidatos superior as vagas oferecidas;
- que, 31 candidatos, representando 11,4% do total de inscritos, vieram de outras cidades;
- os cursos de Ciências Econômicas e Zootecnia tiveram um número de candidatos inferior as vagas oferecidas.
- Em relação ao total de vagas disponível, 210, não foram preenchidas, sendo que só tiveram 184 candidatos.

Apesar desses resultados Salomão Baruki, Diretor-Presidente da AESPAN, convocou uma reunião com os Diretores, Coordenadores, Professores e Funcionários do IESPAN, na qual:

Agradeceu a todos pela criação e implantação do Instituto e que, a contar do dia 01/03/1999, a AESPAN e o IESPAN passaram a funcionar como Empresa, sem fins lucrativos, voltado inteiramente à educação Superior e pediu a colaboração de todos na nova etapa que se iniciou, para crescimento e futura implantação da Universidade do Pantanal – UNIPAN” (ATA n.º. 17/1999).

No mês de fevereiro de 1999 o IESPAN – Instituto de Educação Superior do Pantanal iniciou suas atividades acadêmicas<sup>10</sup> com suas primeiras turmas e, a direção, avaliando como positivo o êxito do primeiro vestibular, em maio de 1999, já se propunha a realização de um novo vestibular (vestibular de inverno) para ser realizado no mês de julho do corrente ano, publicando, para tanto, o edital e nomeando uma comissão coordenadora para planejamento, execução e avaliação do Processo Seletivo de Ingresso nos Cursos de Graduação do IESPAN, para o ano letivo de 1999 –OS/99 (2º Semestre). Esta Comissão teve prazo até o dia 16/07/99, para encerrar seus trabalhos, data esta, do Resultado Final do Processo Seletivo.

Com o funcionamento efetivo da instituição, vinha o aprendizado e o aperfeiçoamento de suas atividades e, para que o instituto se enquadrasse na estrutura prevista em seu regimento interno, foram nomeados em suas respectivas funções: Ligia Maria Baruki e Melo, membro do Conselho Superior do IESPAN, na qualidade de Diretora do centro de Pesquisas e Planejamento CPP; Salomão Baruki membro do Conselho Acadêmico do IESPAN, na qualidade de Presidente nato; Terezinha Baruki, para compor o Centro de Pesquisas e Planejamento – CPP, na qualidade de Representante da Mantenedora; Carlos Augusto Espíndola, para compor o Centro de Pesquisas e Planejamento – CPP, na qualidade de Representante do Conselho Acadêmico.

---

<sup>10</sup> Ao iniciar suas atividades acadêmicas a direção do instituto nomeia os coordenadores de curso e a secretária acadêmica, a seguir: o Prof. Mestre Marcelo Chaparro – Coordenador do Curso de Zootecnia; o Prof. Carlos Augusto Espíndola – Coordenador do Curso de Turismo; a Prof<sup>a</sup>. Marise Fontoura Prado Iovine – Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas e Célia Gavilan Ferra, para exercer a função de Secretário Acadêmico do IESPAN.



Ao mesmo tempo em que se estruturava a administração do instituto, foi organizada a representação estudantil, fato esse que se concretizou no dia 08/06/1999, quando da criação do Diretório Acadêmico do IESPAN.

Nos dias 03 e 04/07/1999, foi realizado o Processo Seletivo/99 – 2º Semestre, de Ingresso nos cursos de graduação do IESPAN, a cargo da FAPEC, com um total de 56 (cinquenta e seis) candidatos inscritos e distribuídos nos seguintes cursos e cidades de origem:

**TABELA 15**

Número de inscritos no vestibular por curso e por cidade de origem dos candidatos -99/02

CURSOS	CORUMBÁ	CAMPO GRANDE	CUIABÁ	TOTAL	VAGA
Turismo	28	02	02	32	80
Ciências Econômica	20	-	-	20	80
Zootecnia	04	-	-	04	50
<b>TOTAL</b>	<b>52</b>	<b>02</b>	<b>02</b>	<b>56</b>	<b>210</b>

Fonte: Secretaria do IESPAN- 1999

Pelos dados acima podemos notar que:

- os inscritos de outras localidades, num total de 8, representou 14,3%, percentual maior ao vestibular anterior que foi de 11,4%;
- o número de candidatos inscritos foi bem menor que o vestibular realizado em dezembro, em 128 unidade;
- nenhum dos cursos atingiu o número de vagas oferecidas.
- O curso de zootécnica foi o menos procurado, contando com apenas 4 candidatos.

Mas o Instituto estava em plena atividade e a serviço da comunidade, tanto que em agosto de 1999 foi solicitado pela Secretária de Turismo de Mato Grosso do Sul a formar a Comissão Coordenadora para planejamento e execução dos Trabalhos de Inventário do

Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul – PDTUR/MS, nos Municípios de Corumbá e Ladário, atividade esta desenvolvida por professores da Instituição e técnicos da secretaria.

Posteriormente, a Direção da instituição editou a Portaria n.º 031-IESPAN, de 01/10/1999, designando a Comissão Coordenadora para o Processo Seletivo de Ingresso nos Cursos de Graduação do IESPAN, para o ano letivo de 2.000 – OS/2.000, sendo que nos dias 04 e 05/12/1999, dando continuidade às atividades, sendo realizado o segundo vestibular, a cargo da FAPEC, com num total de 157 (cento e cinquenta e dois) candidatos inscritos e distribuídos nos seguintes cursos:

**TABELA 16**

Número de inscritos no vestibular de verão de 2000

CURSOS	TOTAL INSCRITOS	VAGA
Turismo	68	80
Ciências Econômicas	68	80
Zootecnia	21	50
<b>TOTAL</b>	<b>157</b>	<b>210</b>

Fonte: Secretaria do IESPAN- 2000

Analisando a tabela acima podemos concluir que:

- o número total de inscritos, 157, foi inferior a do primeiro vestibular, realizado em 1999, realizado pela instituição quando o número de candidatos era de 184 inscritos;
- comparando as inscrições em cada curso, com o primeiro vestibular: Turismo 68 inscritos contra 94 em 1999, Ciências Econômicas 68 inscritos contra 56 em 1999 e Zootecnia 21 contra 34 em 1999;

Em face da baixa procura pelo vestibular 2000, realizado no dia 5/12/1999, que teve baixa procura, a diretoria realizou um novo processo seletivo, realizado no mês de

fevereiro de 2000 e, como incentivo, a direção do IESPAN concedeu 50% de desconto nas Mensalidades, aos 15 (quinze) primeiros candidatos classificados no Curso de Zootecnia, estratégia essa utilizada para tentar minimizar o número insuficientes de inscritos nesse curso (Relatório nº. 13/200 da Direção).

Nos dias 12 e 13/02/2000, foi realizado, pela própria instituição, o Processo seletivo/2000.2, de ingresso nos Cursos de Graduação do IESPAN, a cargo da Comissão de Vestibular, com um total de 55 (cinquenta e cinco) candidatos inscritos e distribuídos nos seguintes Cursos:

**TABELA 17**

Número de inscritos no vestibular de verão de 2000/02

CURSOS	TOTAL INSCITOS	VAGA
Turismo	21	80
Ciências Econômicas	24	80
Zootecnia	10	50
<b>TOTAL</b>	<b>55</b>	<b>210</b>

Fonte: Secretaria do IESPAN- 2000

Após a realização do vestibular complementar, para preenchimento de vagas, o ano acadêmico de 2000, iniciou suas atividades no dia 03 de fevereiro de 2000 com os seguintes números no primeiro semestre: Turismo 38 alunos, Ciências Econômicas 42 alunos e Zootecnia 26 alunos. Sendo um total de 106 alunos, representando apenas 25,1% das vagas oferecidas pela instituição.

A vontade de continuar oferecendo cursos de educação superior, apesar das dificuldades, descritas nas tabelas 15, 16 e 17, mostram que em nenhum curso atingiu o número de vagas oferecidas, a instituição concentrou seus esforços para a implantação de um curso de direito, ainda inexistente na região.

Após vários contatos, no dia 17/03/2000, uma Comissão Especial, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul, realizou uma visita preliminar para analisar o Processo de Criação do Curso de Ciências Jurídicas do IESPAN e vistoriar “in loco” as dependências da instituição destinadas ao funcionamento do referido Curso.

No Processo Gab. N.º 029/99, a Comissão Especial da OAB<sup>11</sup>, Seccional de Mato Grosso do Sul, emitiu parecer favorável à criação do Curso de Ciências Jurídicas do IESPAN, em termos transcritos abaixo:

Em suma, diante de todos os dados positivos colhidos, esta Comissão opina favoravelmente à criação do Curso de Direito do Instituto de Ensino Superior do Pantanal – IESPAN, pela inexistência de curso semelhante nas proximidades, bem como pela possibilidade de oferecimento de ensino de qualidade à população que encontra-se em local de difícil acesso e distante da Capital (Relatório 2º 4 de 2000 da Direção).

Após a visita da Comissão da OAB, o Mec atendendo à solicitação da AESPAN, designar, em Portaria n.º 2.329/00 – SESu/MEC, de 06/09/2000, publicada no DOU n.º 175, de 11/09/2000, página 12 – Seção 2, nomeou uma comissão formada pelos professores José Maria Trepas Cases, da Faculdade de Direito de Bauru – SP e Saulo de Carvalho, da Universidade Vale dos Rios dos Sinos – UNISINOS – São Leopoldo/RS, para avaliar as condições iniciais de oferta do Curso de Direito, bacharelado, a ser ministrado em Corumbá/MS, pelo IESPAN.

Em janeiro de 2001, chegou a Comissão Verificadora do Curso de Ciências Jurídicas do MEC, momento este que virou um evento de importância local significativo, prova disto é que os professores foram recebidos pelo Prefeito de Corumbá, Desembargador Dr. Horácio Vanderlei Nascimento Pithan, autoridades corumbaenses, diretores e professores do IESPAN, e autoridades vindas de Campo Grande e Três Lagoas/MS.

---

<sup>11</sup> A Comissão Especial, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul, composta pelos seguintes membros: Dr. Carlos Alberto de Jesus Marques – Presidente; Dr. Valter Ribeiro de Araújo – Vice-Presidente; Dr. Noely G. Vieira Woitschach – Secretária Geral Adjunta; Dr. Décio José Xavier Braga – Conselheiro Suplente

A Comissão Verificadora, após minuciosa inspeção das dependências do IESPAN, reuniu-se com alguns Professores já contratados para o Curso, para uma avaliação sobre o mesmo, e, com base nas observações realizadas nesse período, manifestou-se favoravelmente ao pedido de autorização do Curso de Ciências Jurídicas do IESPAN, conforme Relatório entregue no MEC.

Apesar desses contatos com as autoridades constituídas, para a aprovação do novo curso, as atividades acadêmicas deviam ter seu desenvolvimento normal, planejando ações futuras para o fortalecimento da instituição. Por isso, no começo do mês de janeiro de 2001 o Diretor do IESPAN, designou a Comissão Coordenadora para o processo Seletivo de Ingresso nos Cursos de Graduação, para o ano letivo, sendo que esta Comissão, teria o prazo até o dia 14/02/2001, para encerrar seus trabalhos, data esta, do Resultado Final do Processo Seletivo.

Nos dias 10 e 11/02/01, foi realizado o Processo Seletivo 2001, de Ingresso nos Cursos de Graduação do IESPAN, a cargo da Comissão de Vestibular, sendo que teve um total de 107 (cento e sete) candidatos inscritos, assim distribuídos:

### **TABELA 18**

Número de inscritos no vestibular de verão de 2001

CURSOS	TOTAL INSCRITOS	VAGA
Turismo	43	80
Ciências Econômicas	51	80
Zootecnia	13	50
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>210</b>

Fonte: Secretaria do IESPAN- 2001

A tabela 18 confirma as tendências observadas nos vestibulares anteriores:

- o número total de candidatos permaneceu menor que os candidatos do primeiro vestibular;

- o número de inscritos, em cada curso, era inferior ao número de vagas oferecidas.

No mês de março de 2001, conforme Parecer Técnico n.º. 411/01/MEC /SESU/DEPES/ COESP, assinada pelos Professores Roberto Fragele Filho – Universidade Federal Fluminense, Sylvia Vendramini – Universidade Federal Viçosa e Sérgio Luis Souza Araújo, obteve o seguinte resultado:

I – HISTÓRICO: A Comissão de Avaliação designada pela Portaria SESu/MEC n.º 2.329/00, publicada no DOU de 11 de Setembro de 2000, complementada pela Portaria SESu/MEC n.º 3.732, publicada no DOU de 7 de dezembro de 2000, constituída pelos professores José Maria Trepas Cases e Gisela Maria Bester Benitez, para avaliar as condições iniciais do Curso de Direito, realizou a visita nos dias 07, 08 e 09 de janeiro de 2001.

II – MÉRITO: Nada obstante a Instituição ter alcançado um Conceito Global “C” a Comissão Verificadora perfilou várias exigências que deverão ser previamente atendidas para o bom funcionamento.

III – CONCLUSÃO: Destarte, a Comissão de Especialistas de Ensino de Direito considerando o relatório apresentado pela Comissão de Avaliação coloca em diligência para a que IES cumpra, no prazo de 90 dias, as recomendações perfiladas em fls. 150 e 151, ao fim dos quais deverá solicitar nova visita de avaliação.

O Parecer Técnico não deu sua aprovação para a instalação do curso de direito no IESPAN, por tal motivo sua diretoria iniciou trabalhos para sanar as deficiências relatadas pela comissão avaliadora.

Diante dos resultados até aqui obtidos pelo IESPAN, e pelas dificuldades que encontrava em implementar novos cursos, estava aberta a oportunidade da entrada, na região de Corumbá de uma outra instituição. Fato esse que se realizou no mês de março de 2001, quando a Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande, arrendou, no Município de Ladário, a exatamente 20 km do centro de Corumbá, numa região denominada cinturão verde, do Colégio Salesiano de Santa Teresa, -instituição que também pertence a mesma congregação dos salesianos de Mato Grosso, uma área de 600 hectares, denominada Band´Alta-, para a implantação de uma Base de Apoio a Pesquisa-

BAPP no Pantanal – BAAP. Neste local implantou-se uma base, aproveitando a área ociosa, mas de grande valor comercial, onde os alunos de todos os cursos da instituição poderiam realizar suas pesquisas.

No mês de junho de 2001, a AESPAN e a UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, assinaram os seguintes documentos: Convênio de Cooperação Mútua, objetivando o intercâmbio e Cooperação Técnico-Didático-Científico e Cultural; Protocolo de Intenções para a elaboração do projeto e apoio na efetivação do Evento Pantanal 2002; e Projeto de Pesquisa – “Catálogo de Hotéis e Pousadas na Região do Pantanal”. O evento contou com a presença do Magnífico Reitor da UCDB, Pe. José Marinoni, o Diretor do IESPAN, Dr. Salomão Baruki, autoridades, professores e acadêmicos da UCDB e do IESPAN.

Sempre à procura de colaboração para vencer suas dificuldades a AESPAN, no mês de agosto de 2001, na abertura do 2º período letivo de 2001 convidou o economista, professor da UCDB e coordenador da BAPP, para proferir palestra sobre o Tema: “A Universidade Católica Dom Bosco – UCDB e a Base de Apoio à Pesquisa do Pantanal”.

O idealizador e fundador da AESPAN Salomão Baruki faleceu no final do ano de 2001, sem ter visto realizado o sonho da instalação do curso de ciências jurídicas, que foi aprovado no final do ano de 2002. Porém sua herança foi recolhida pela filha Ligia Baruki. No mesmo mês de dezembro de 2002 o instituto foi vendido para a Missão Salesiana de Mato Grosso, sob cuja direção funciona, desde janeiro de 2003, o instituto de Educação superior do Pantanal, atualmente (2006) com 480 acadêmicos.

A implantação do IESPAN nasceu, como vimos no corpo de nosso trabalho, da transformação de uma escola privada em instituto de educação superior. A instalação de um instituto, de caráter privado e mercantilista, não teve, pelos números de matrículas pesquisados, a repercussão esperada para a região, apesar de ter implementado cursos que não existiam na Universidade de Mato Grosso do Sul. Portanto, a experiência da gestão da AESPAN foi curta, talvez devido a não sustentabilidade financeira, ao reduzido número de acadêmicos que não preenchiam as vagas oferecidas.

Assim os esforços realizados, por parte dos componentes da AESPAN, para dotar Corumbá com outra instituição de educação superior, não encontrou o eco esperado e desejado, confirmado pelos dados reportados por esta pesquisa. A entrada da UCDB – instituição de longa trajetória na educação superior no estado de Mato Grosso do Sul- com a compra da instituição, deu credibilidade e novo vigor à instituição privada, logo sinalizado pela procura, já em seu primeiro vestibular de janeiro de 2003, onde 360 candidatos concorreram as 310 vagas oferecidas nos quatro cursos: Direito, Turismo, Ciências Econômicas e Zootecnia.

Com nossa exposição sobre a implantação da educação superior em Corumbá, vimos que a instalação de uma instituição pública, a UFMS, desde 1968, verificou-se como reflexo e conseqüência de um movimento mais geral de expansão do ensino superior no Brasil e em Mato Grosso do Sul. A universidade pública veio atender uma necessidade de formação de profissionais da educação e somente mais tarde diversificou o oferecimento de cursos que possibilitassem a entrada no mercado de trabalho com os curso de administração, biologia, psicologia. Em trinta e cinco anos de existência, expandiu a quantidade de cursos oferecidos, dos quatro iniciais, para os atuais dez cursos. Apesar do aumento populacional, notamos que desde 1990, não houve uma preocupação de aumento de vagas iniciais e, por causa disso, a relação candidato x vagas dobrou.

A instituição de educação superior de iniciativa privada nasceu pela vontade de uma família de educadores, que já militava na educação básica, com o intuito de dotar a região de cursos que respeitassem sua vocação (com o curso de turismo) e suas peculiaridades (com o curso de zootecnia). A história dessa instituição, foi breve, de 1999 a 2002, quando foi vendida para uma instituição tradicional no estado, a UCDB, que foi o que implantação um dos primeiros cursos de educação superior em Campo Grande.



## CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como proposta central o estudo da implantação da educação superior em Corumbá. A problemática não é fácil e esta região isolada do resto do estado de Mato Grosso do Sul, foi contemplada com a instalação de duas instituições de educação superior, sendo uma pública e outra privada, no período de 1961 a 2002.

Ao longo de nosso trabalho procuramos traçar uma caminhada que teve início com uma análise da educação superior no Brasil, durante o período delimitado na pesquisa, nível este que apresentou um modelo de educação que atendia e ainda atende os interesses da classe social dominante no país.

O ensino superior tem sido objeto de várias pesquisas que associam a temática de sua expansão à privatização. Entretanto apesar da variedade dessas pesquisas, como as citadas no primeiro capítulo, e os estudos realizados, no GEPPES, faltava uma visão sobre a educação superior nessa região. Encontramos documentos fragmentados que precisavam de uma sistematização para analisar a implantação desse nível de ensino em Corumbá.

Realizamos nosso estudo iniciando com uma rápida incursão na implantação da educação superior brasileira, onde detectamos que a transferência progressiva e maciça da ação do Estado para a iniciativa e o capital privado foi uma consequência da reforma do aparelho do estado na qual se pregava uma ação denominada de pública não estatal, exercida por organizações sociais das mais diferentes finalidades. No campo educacional houve um incentivo ao crescimento desordenado das instituições de educação superior com

a conseqüente falta de qualidade, hoje reconhecida por todos os autores e estudiosos de educação, como contrapeso pela quantidade, caracterizada pelo “valor de troca, o que é a mercantilização e a superioridade máxima do lucro”.

O resultado da análise da educação superior, de 1961 a 2002, levam à conclusão de que as políticas adotadas pelo estado brasileiro, em que pesem as peculiaridades regionais ou locais, são sempre orientadas por prioridades, vínculos, interesses e compromissos nem sempre manifestos, mas reveladores de procedimentos políticos com determinados fins. A trajetória do Estado brasileiro tem se pautado pela defesa de interesses privatistas, como ficou evidenciado ao longo deste estudo. O Estado, nesse caso, coloca-se como representante de interesses particulares.

Passamos, depois, para uma análise da realidade da educação superior de Mato Grosso do Sul, onde se constatou a ampliação do número de curso do setor privado e, conseqüentemente, o retraimento ou estagnação da expansão da educação superior no setor público. A expansão do setor privado demonstrou que a educação superior passou a ser tratada por políticas públicas de entreguismo, desobrigando-se o Estado de suas responsabilidades relativas à educação, principalmente, a superior.

Já em 1961 encontramos, na cidade de Campo Grande, a implantação de uma instituição privada, seguida, mais tarde, em 1962, pela implantação da instituição pública, como reflexo das orientações que vinham sendo discutidas na lei de Diretrizes e Bases promulgada no mesmo ano.

Verificamos também que em Mato Grosso do Sul houve a transformação de duas faculdades privadas – FUCMT E CESUP - em universidades, acontecimento posterior à divisão do estado de Mato Grosso. No setor público, com a divisão do estado, em 1977, houve a federalização da Universidade Estadual de Mato Grosso, em Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, posteriormente, em 1993, foi criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Ainda conseguimos verificar que os estabelecimentos isolados, de 1985 a 2002 cresceram 110%, muito mais que as universidades, além de constatar que a iniciativa privada veio oferecer cursos em 27 municípios do estado (hoje Mato Grosso do Sul possui 78 municípios).

Em Mato Grosso do Sul o processo de interiorização de curso de graduação se deu, num primeiro momento, por meio do crescimento da UFMS que concentrou sua maior expansão na instalação de centros no interior do estado obedecendo à questão populacional, ao desenvolvimento econômico e as possibilidades de cada região. AS universidades privadas seguiram para o interior buscando municípios que concentrassem uma demanda por população ou por desenvolvimento econômico.

Nossa pesquisa teve como proposta central analisar o processo de implementação da Educação superior na região do Pantanal de Mato Grosso do Sul – Corumbá 1961-2002, inserido num contexto maior que se debruça sobre a expansão e a privatização da educação, em nível superior, no Brasil e em Mato Grosso do Sul.

Na análise realizada constatamos que a Instituição Federal veio a se instalar, em Corumbá, em pleno regime militar, e com dois firmes propósitos: fixar os jovens em sua terra natal e formar os profissionais da educação de que tanto precisava a região.

Não podemos afirmar com absoluta certeza, por não termos encontrados documentos que nos apoiassem, mas a instalação da educação superior na região do pantanal de Corumbá, nos parece que, além dos propósitos acima citados, foi um ato político de que tentava ir de encontro as reivindicações da comunidade. Na análise dos documentos sobre a implantação do ISPC verificamos que ao propósito de instalar uma instituição de educação superior não correspondeu a vontade política de dotá-la financeiramente dos recursos necessários para seu desenvolvimento, tanto que após o primeiro ano de funcionamento seus dirigentes queriam entregar as chaves para a Secretaria de Educação de Mato Grosso.

Ao mesmo tempo verificou-se que a Instituição Federal instalada funcionou durante trinta anos, soberana, sem concorrência e com cursos específicos de formação de professores. Apenas foi oferecido um único curso de tecnólogo rural com um resultado insatisfatório, sendo fechado logo após a formatura da primeira turma.

Também observamos que o aumento total de vagas oferecidas, na UFMS – campus Corumbá - em trinta anos de funcionamento, não evoluiu apesar do aumento da população, e do crescimento da relação candidato vaga que passou de 3,5 em 1999, para 6,25 em 2001, nos cursos de Ciências Biológicas e da saúde, de 2,5 para 4,18, nos curso de Ciências Exatas e Tecnológicas e de 3,0 para 5,59 nos cursos de Ciências Humanas e Sociais.

Também podemos analisar que, apesar da empolgação da implantação de cursos de educação superior, e de sua finalidade (formar professores), o número de acadêmicos que concluíram os cursos oferecidos, no período 1968 a 1974, foi insignificante. Por outro lado verificamos que no total de acadêmicos inscritos, nos diferentes cursos oferecidos, de 1990 a 2000, houve um aumento, na ordem de 71,6%.

Quanto à implantação da instituição privada notamos o oferecimento de cursos que não tinham sido oferecidos pela UFMS, Zootecnia e Turismo, tentando supostamente resgatar e se identificar com a realidade e as potencialidades locais.

Outro aspecto interessante é que a maioria dos cursos implantados em Corumbá funcionam no período noturno, sendo que na Instituição Federal dos dez cursos oferecidos, sete são cursos que funcionam à noite, e na privada três cursos e somente um no turno vespertino, denotando claramente que a maioria da clientela que procurar a instituição é formada de candidatos trabalhadores.

No decorrer de sua existência a instituição pública aumentou o número de cursos oferecidos, saindo da preocupação inicial de formação de professores para cursos de áreas tecnológicas e agrárias.

O IESPAN veio se instalar como instituição privada para dar continuidade ao empreendimento que uma família de educadores da cidade, pois já trabalhava com o ensino fundamental e médio nessa cidade fronteiriça. Procurou oferecer cursos que não eram oferecidos pela instituição pública. Pelos dados obtidos não teve os resultados esperados, pois nunca conseguiu preencher, nos 4 anos de existência, as vagas oferecidas em seus três cursos, podendo afirmar que este fato não deu a sustentabilidade econômica que resultou na venda da instituição para outra mantenedora.

Nesta pesquisa não temos esgotado a o objeto motivo de investigação, ficam muitas interrogações, como a escolha dos cursos oferecidos pela instituição federal, o porque da venda do IESPAN, entre outros, que deverão ser abordados em futuras investigações. Mas foi a primeira caminhada e muito aprendemos, mas pretendemos continuar para que possamos contribuir com a transformação da educação visando à inclusão social.

Para finalizar, cabe ressaltar que este trabalho, em nenhum momento, teve intenção de realizar um inventário exaustivo sobre o tema proposto. Trata-se de um estudo inicial sobre a educação superior na região, que, com certeza, apresenta lacunas. Como uma das finalidades é descortinar novas possibilidades de estudo sobre o tema que nos propusemos, reiteramos nosso compromisso de seguir pesquisando e buscando respostas que contribuam para preencher os claros existentes.

## **REFERÊNCIAS**

AGÊNCIA 21, **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá**. Rio de Janeiro, setembro de 2004.

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação, Ed: LOYOLA, 2ª Edição – 2001.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de e CATANI, Afrânio Mendes. **Universidade e Neoliberalismo**: o Banco Mundial e a Reforma Universitária na Argentina (1989-1999). Londrina: Práxis, 2004

BAEZ, Renato - "**Cenas de MinhaTerra**" , Corumbá,1964

BITTAR, Mariluce; SILVA, Maria das Graças Martins; VELOSO Teresa Christina M. Aguiar. **Processo de interiorização da educação superior na região centro-Oeste**: particularidades dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. In Série Estudos n. 16- dezembro 2003, Campo Grande:UCDB, 1995

BITTAR, Marisa e FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. **De Freguesia a Capital: 100 anos de educação em Campo Grande**. In: Campo Grande - 100 anos de Construção. Campo Grande: Matriz, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estado e Política educacional em Mato Grosso do Sul**: 1983-1986 Campo Grande: UFMS, 1992.

\_\_\_\_\_. **Mato Grosso do Sul**: do Estado sonhado ao Estado construído (1892 – 1977). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1977

**BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**. Brasília, 1996

BRASIL. MEC. **Uma nova política para o ensino superior brasileiro** – relatório final Brasília: MEC, 1985.

BRASIL. MEC/INEP. **Sinopse estatística do ensino** – graduação 1995. Brasília: INEP, 1996.

\_\_\_\_\_. **Sinopse estatística do ensino superior** – graduação 1996. Brasília: INEP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação: proposta do Executivo ao Congresso Nacional**. Brasília: INEP, 1998a.

\_\_\_\_\_. **Sinopse estatística da educação superior – graduação 1997.** Brasília: INEP, 1998

\_\_\_\_\_. **Sinopse estatística da educação superior – graduação 1998.** Brasília: INEP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Evolução da educação superior de graduação 1980-1998.** Brasília: INEP, 2000

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1988.**

BRASIL UNIVERSITÁRIO. Uma edição de “**Anais Científicos**”, Número 97, ano 35

CATANI, A. M; OLIVEIRA, J.F. de. **As políticas de diversificação e diferenciação da educação superior no Brasil:** alterações no sistema e nas universidades públicas. In: SGUISSARDI, V. (org.). Educação Superior velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

CAVALCANTE, J. **Educação Superior:** conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

COELHO, Walmir - "**CPC:** dez anos de realizações em prol da cultura de Mato Grosso" - (folheto), Corumbá, 1977.

CORRÊA, Valmir Batista - "**Corumbá - um esboço histórico**" - **Cadernos 2** - UEMI-CPO Corumbá, 1975.

CORRÊA Fº, Virgílio - "**História de Mato Grosso**" – INL MEC, Rio de Janeiro, 1969.

CUNHA, Luiz Antônio. **Universidade: ensino público ou liberdade de ensino?** In: Universidade Brasileira: Organização e Problemas. Ciência e Cultura. São Paulo: SBPC, vol. 37, (7), julho de 1988.

\_\_\_\_\_. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Universidade Brasileira nos anos 80:** sintomas de regressão institucional. In: Em Aberto. Brasília: INEP, ano 8, (43), julho/setembro de 1989

\_\_\_\_\_. , GÓES, M. **O golpe na educação, 11ª Ed.,Rio de Janeiro,** Jorge Zahar Editores, 2002.

\_\_\_\_\_. **Educação superior e Universidade no Brasil.** In: Lopes et alii (Org) 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autentica, 2000

DOURADO, L. F. **A Interiorização da Educação superior e a Privatização do Público.** Goiânia: Editora UFG, 2001.

DOURADO, L.F.; CATANI, A.; OLIVEIRA, J. F. de. Transformções recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In \_\_\_\_\_ **Políticas e gestão da educação superior transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade e Poder** – Análise Crítica /Fundamentos Histórico: 1930-45, Ed. Plano, 1989.

FERNANDES, E. B. **Expansão Universitária em Mato Grosso do Sul – 1979 -2001**. Dissertação de Mestrado. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2003.

FONSECA, Dirce Mendes, **O pensamento privatista em educação**. Campinas: Papyrus, 1992.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **História da Educação Brasileira**. SP. Cortez, 1994.

GOVERNO DE MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Educação – **Plano Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS, 2004

GUASCO, Peixoto Madalena. **Condição política na pós modernidade**: a questão da democracia, Ed. EDUC, 1ª Edição – 2001.

IBGE – **Censo Demográfico 2000**

IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social. **Uma Proposta de desenvolvimento para o Centro-Oeste Brasília** : IPEA. CENDEC, 1988.

**JORNAL FOLHA DA TARDE**, Ano IX, Corumbá, junho a dezembro 1967 .

\_\_\_\_\_. Ano X, Corumbá, janeiro a dezembro 1968

KUENZER, Acacia Z **Pedagogia da fábrica**: Relações de produção e a educação do trabalhador, Ed. CORTEZ EDITORA, 1ª Edição – 1990.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli Elisa D. A.de. **Pesquisa em Educação**: Abordagens qualitativas, Editora: EPU, 1ª Edição – 1986

MAYMONE, Hércules. **Da farmácia e odontologia à universidade** : memórias. Campo Grande, MS UFMS/Núcleo de Imprensa Universitária, 1989.

MARTINS, Carlos Benedito. **O Público e o Privado na Educação Superior Brasileira nos Anos 80**. In: Cadernos CEDES. Campinas: Papyrus, (25), 1991

\_\_\_\_\_. **Ensino Superior Brasileiro** - transformações e perspectivas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MATO GROSSO DO SUL. **Indicadores Básicos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, 2002.



MAZZILLI, S. **Ensino, pesquisa e extensão** – uma associação contraditória. São Paulo: UFSCar, Tese de doutoramento, 1996

OLÁ, VIZINHO. **Publicação mensal da CREDIPAN** Ano II, nº 12 – 1968

OLIVEIRA, F.I. **Prefácio**. In: SILVA JR.; SGUISSARDI, V. **Novas faces da educação superior no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2001.

Revista Dimensão. Campo Grande, MS: UFMS, 1997

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil** (1930/1973). 14ª ed. Vozes, Petrópolis, 1991

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. **O Ensino Superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000

SAVIANI, D. **A nova lei da educação LDB trajetória** – limites e perspectivas, 5ª Ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SGUISSARDI, V. **Educação Superior: velhos e novos desafios**. São Paulo: Xamã, 2001.

\_\_\_\_\_. Privatização da educação superior no Brasil 1995-2001. **Revista de la educación superior**, vol. XXXI (93), nº 123, Julio-Setiembre, 2002.

\_\_\_\_\_. **Rumo à universidade competitiva**. Comunicação apresentada no FORUM MUNDIAL DE EDUCAÇÃO. Porto Alegre, 23 a 27/10/2001.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. **Reconfiguração da Educação Superior e Redefinição das Esferas Pública e Privada no Brasil**. Piracicaba: UNIMEP, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política educacional em tempos de transição** (1985-1995), Brasília: Plano, 2000

\_\_\_\_\_. **Política Educacional no Brasil** – Introdução histórica. Brasília, Plano Editora, 2003

UCDB: <http://www.ucdb.br/história>

UFMT: <http://www.ufms.br/história>

UFMS: <http://www.ufms.br/história>

UEMS: <http://www.uems.br/portal/historia.php>

UNIDERP: <http://www.uniderp.com.br>

CAPES: <http://www.capes.gov.br>

CNE: <http://www.cne.mec.gov.br>

INEP: <http://www.inep.gov.br>

PORTAL BRASIL: <http://www.portalbrasil.eti.br>

IPLAN: [http://www.iplan.gov.br/indicadores básicos](http://www.iplan.gov.br/indicadores_basicos)

MS: <http://www.ms.gov.br>

CORUMBÁ: <http://www.corumba.com.br/historico.html>